



Licenciatura em Gestão do Ambiente e do Território

Ecoturismo

Estudo de Caso: Zmar-Eco Camping Resort

Projecto Final de Licenciatura

Elaborado por Nuno Alexandre Rodrigues Carvalho

Aluno nº 20091203

Orientador: Prof. Doutora Rosário Jorge

Barcarena

Julho de 2012

Universidade Atlântica

Licenciatura em Gestão do Ambiente e do Território

Ecoturismo

Estudo de Caso: Zmar-Eco Camping Resort

Projecto Final de Licenciatura

Elaborado por Nuno Alexandre Rodrigues Carvalho

Aluno nº 20091203

Orientador: Prof. Doutora Rosário Jorge

Barcarena

Julho de 2012

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

O autor é o único responsável pelas ideias expressas neste trabalho.

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Agradecimentos

À Prof. Doutora Rosário Jorge, o meu muito obrigado pela sua disponibilidade, atenção e extraordinária orientação, sem as quais não teria sido possível compor, organizar e terminar este projecto.

Ao Eng.º Sérgio Francisco, Eng.º Ambiental do Zmar, pela disponibilidade e simpatia com que me recebeu, por proporcionar-me uma visita guiada por todo o empreendimento e pelos esclarecimentos prestados.

À minha família, em especial à minha mulher Sónia, por toda a sobrecarga ao longo destes três anos, ao meu filho Rodrigo, por toda a atenção que não pude dar e apesar da sua pouca idade, percebia que o pai tinha de estudar para atingir o seu objectivo e ao meu filho Frederico, que nasceu no 1º ano do Curso e durante o tempo de aulas, praticamente só o via acordado aos fins-de-semana.

Agradeço também à restante família e amigos, que ao longo deste período, muitas vezes se viram privados da minha companhia.

Resumo

Ecoturismo – Caso de Estudo – Zmar – Eco Camping Resort

O turismo é uma actividade com grande importância para a economia nacional, conforme se pode comprovar pela análise de indicadores como o emprego ou o PIB.

Portugal, além do sol e mar, concentra na sua reduzida área geográfica, um potencial enorme de outras atracções, que deve aproveitar, desenvolver e divulgar, contudo, apesar de beneficiar dos muitos impactes positivos provenientes da actividade, deve ter em conta os impactes negativos na gestão que faz do turismo, com o objectivo de o fazer perdurar, com a qualidade que é desejada.

O turismo sustentável surgiu da noção de desenvolvimento sustentável que se expandiu e alargou-se a actividades económicas específicas, incluindo o turismo, sendo importante que todo o tipo de turismo seja feito de forma sustentável.

O ecoturismo, considerado uma forma de turismo sustentável, que envolve todos os seus princípios, preocupações económicas, sociais, ambientais e os seus impactes, distingue-se, por serem produtos ligados à natureza; com mecanismos de gestão que garantam minimização dos impactes; que fomentam a educação ambiental; que contribuem para a conservação das áreas protegidas e heranças culturais; que incluem as comunidades locais no seu planeamento e desenvolvimento, contribuindo para o seu bem-estar.

No entanto, também no ecoturismo são identificados impactes negativos, que deveriam ser mínimos ou inexistentes, podendo estes surgir devido ao uso incorrecto do termo.

Os programas de certificação e a definição de *standards* globais, têm a potencialidade de harmonizar os critérios de avaliação e torná-los mais claros e reconhecidos em qualquer parte do mundo.

Deste modo, procedeu-se à construção de uma proposta de programa de certificação com base na análise de documentos e referências internacionais e confrontou-se com as práticas de um empreendimento que utiliza o termo ecoturismo, “ Zmar – Eco –

Camping Resort”, com o objectivo de perceber, se o termo é ou não respeitado, de acordo com os princípios que caracterizam o ecoturismo.

Em resultado dessa análise, verificou-se que o Zmar tem consciência dos impactes negativos da sua actividade e tenta minimizá-los através da implementação de todo um conjunto de práticas referidas na análise de resultados em que tenta cumprir esses objectivos, considerando-se por isso, um bom exemplo a ser seguido. Contudo, estas práticas não parecem surgir completamente inocentes, mas sim como uma estratégia de marketing montada com o objectivo de diferenciar-se positivamente no mercado em que compete e está inserido, considerando-se que a sua intenção é, seduzir um alargado número de clientes. Os que procuram o sol e mar, e aproveitam na sua localização a proximidade do mar, assim como, um crescente número de pessoas, sensíveis aos problemas sociais e ambientais.

Palavras-chave:

Turismo, Turismo sustentável, Ecoturismo, Critérios de Certificação, Certificação

Abstract

Ecotourism – Case Study – Zmar – Eco Camping Resort

Tourism is an activity of great importance for the national economy, as it is demonstrated by the analysis of indicators such as employment or the Gross Domestic Product (GDP).

Portugal, beyond the sun and the sea, focuses on its limited geographical area, a potential for other attractions, which should make progress, develop and publicize, however, although it is supported by many positive impacts from the activity it must take into account the negative impacts in the management of its tourism, in order to make it last with the desired quality.

Sustainable tourism has emerged from the concept of sustainable development and that concept has expanded and extended to specific economic activities, including tourism. It's important to have in mind that any kind of tourism must be done in a sustainable way.

Ecotourism is considered a form of sustainable tourism, which involves all its principles, economic, social and environmental concerns and its impacts. It is distinguished from other forms of tourism because its products are connected to nature; with management arrangements that ensure impact minimization; that promote environmental education; that contribute to the conservation of protected areas and cultural heritage, including local communities in its planning and development, contributing to their welfare.

However, in ecotourism are also identified negative impacts, they should be minimal or nonexistent. These impacts may arise due to the incorrect use of the expression.

Certificate programs and the definition of global standards have the potential to harmonize the assessment criteria and make them clearer and recognized anywhere in the world.

In this project it was built a certification program proposal based on the analysis of international documents and references, and was it confronted with the practices of an enterprise that uses the expression “ecotourism” – Zmar - Eco - Camping Resort”, in order to realize if the expression is respected or not according to the principles that characterize the ecotourism.

As a result of this analysis, it was found that Zmar has awareness of the negative impacts of its activities and tries to minimize them by implementing a whole set of practices, referred in the analysis of results, and tries to meet these objectives. Therefore, it sets an example to be followed. However, these practices do not seem to be totally innocent. They are often used as a marketing strategy, set up in order to have a positive impact in the markets where they compete and are inserted, in this case, it’s considered that its intention is to seduce a wider number of customers: those who seek the sun and sea, and enjoy its location in the proximity of the sea, as well as a growing number of people who are sensitive to social and environmental problems.

Keywords:

Tourism, Sustainable tourism, Ecotourism, Certification Criteria, Certification

Índice

DECLARAÇÃO.....	I
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VII
ÍNDICE.....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
1. TURISMO E SUSTENTABILIDADE.....	5
1.1. TURISMO SUSTENTÁVEL E OS SEUS PRINCÍPIOS	7
1.2. IMPACTES DO TURISMO	9
1.2.1. Impactes positivos.....	10
1.2.2. Impactes negativos.....	10
2. TURISMO EM PORTUGAL	12
2.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM PORTUGAL	12
2.2. TURISMO DE NATUREZA EM PORTUGAL.....	18
3. ECOTURISMO.....	20
3.1. CONCEITO DE ECOTURISMO.....	20
3.2. PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO	21
3.3. ECOTURISTAS.....	22
3.4. IMPACTES DO ECOTURISMO NAS VÁRIAS DIMENSÕES	22
4. SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO	25
4.1. IMPORTÂNCIA E OBJECTIVOS DA CERTIFICAÇÃO.....	25
4.2. ACREDITAÇÃO DOS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO	25
4.3. INDICADORES E CRITÉRIOS A UTILIZAR NA CERTIFICAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	26
4.3.1. Sistema de certificação do turismo sustentável: indicadores e critérios	27
4.3.2. Indicadores e critérios de ecoturismo	36
5. ZMAR COMO CASO DE ESTUDO	39
5.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ZMAR	39
5.2. AS PRÁTICAS DO ZMAR.....	42
6. PROPOSTA DE CERTIFICAÇÃO DO ZMAR.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
ANEXOS.....	1

ANEXO 1: PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AO ZMAR	2
ANEXO 2: CONFRONTAÇÃO DOS CRITÉRIOS SELECIONADOS COM AS PRÁTICAS DO ZMAR.....	1

Índice de figuras

Fig. 1 – Emprego no Sector do Turismo	13
Fig. 2 – Dormidas Mensais nos Estabelecimentos Hoteleiros Portugueses (anos, 2006, 2007 e 2008)	14
Fig. 3 – Evolução do Consumo do Turismo no Território Económico – Milhões de €.15	
Fig. 4 – Número de Estabelecimentos Hoteleiros por Região – 2010.....	16
Fig. 5 – Número de Dormidas nos Alojamentos Turísticos Colectivos por Região – 2010.....	17

INTRODUÇÃO

Portugal tem um enorme potencial, o turismo. A sua localização geográfica, o seu agradável clima, o sol, as praias, a gastronomia, a sua história e património arquitectónico, a diversidade de paisagem continental norte/sul, os Açores, a Madeira, a segurança que oferece, a hospitalidade, etc., um sem fim de características e qualidades, as quais tornam um país, com grande potencialidade, se a aposta for o desenvolvimento deste sector de actividade (ICN e ISCTE, 2004; PENT, 2006).

Em Portugal a oferta turística não é só sol e mar. O país concentra, na sua reduzida área territorial, uma enorme diversidade geográfica natural e cultural, que poderá contribuir para diversificar a oferta e aumentar a importância relativa a outras motivações turísticas tais como o circuito cultural (cidades históricas, monumentos, arqueologia), o turismo de natureza, o turismo de negócios, o turismo náutico, o turismo de saúde e bem-estar, o turismo de desporto, como por exemplo golfe entre muitas outras possibilidades (PENT, 2006).

A elevada importância deste sector na economia nacional é espelhada em indicadores tão relevantes como o emprego ou o PIB, cujos valores demonstram bem, o contributo da actividade (INE, 2011).

Aproveitar, desenvolver e divulgar o enorme leque de atracções turísticas que Portugal contém, para além do sol e mar, poderá diminuir a pressão que o turismo exerce na costa litoral portuguesa, assim como esbater a sazonalidade que lhe está implícita, através da atracção do turismo para outras regiões, aproveitando todo o seu potencial turístico e contribuindo, para o aumento das receitas e o aumento de postos de trabalho.

O turismo é uma actividade que influencia a economia, o ambiente e a sociedade onde existe, os impactes que dele advém, muitos são positivos, contudo, impactes negativos também são identificados e não devem ser desconsiderados na óptica de uma boa gestão, tentando-se assim, mitigar ou eliminar os seus efeitos, com o objectivo de o fazer perdurar, com a qualidade desejada.

A noção de desenvolvimento sustentável expandiu-se e alargou-se a sectores e actividades económicas específicas, incluindo o turismo. Sem sustentabilidade não pode existir desenvolvimento durável e a longo prazo que traga benefícios a todos os interessados, que resolva problemas graves como a pobreza ou que preserve os recursos naturais.

É importante que todo o tipo de turismo seja sustentável e que não seja um tipo especial de turismo. O ecoturismo é uma forma de turismo que procura minimizar os impactes negativos sobre o ambiente natural e sócio-cultural, procurando apoiar a conservação das áreas naturais, gerar benefícios para as populações locais, contribuindo para o seu bem-estar e consequente fixação, no entanto por vezes o termo é utilizado de forma abusiva, não correspondendo as práticas exercidas aos princípios do ecoturismo, motivo pelo qual surge a necessidade de criar instrumentos que garantam a credibilidade e o reconhecimento aos que os respeitam, daí a importância da certificação, ao funcionar como ferramenta que permite fazer a diferenciação.

O trabalho focar-se-á no ecoturismo, uma vertente do turismo sustentável, prendendo-se a escolha deste tema para o Projecto Final de Licenciatura pela importância que o sector do turismo representa para país e daí a importância da actividade ser realizada de forma sustentável, dado ter grande impacte a nível do ambiente e do território, pelas transformações e modificações que promove e que ocorrem nos locais onde é praticado.

Como estudo de caso analisar-se-á se o Zmar-Eco Camping Resort, se enquadra no ecoturismo, tendo-se como objectivo saber se é um exemplo a seguir e utiliza o termo de forma correcta, tendo em conta as suas práticas e o que caracteriza a dimensão sustentável do ecoturismo.

Para alcançar o proposto como objectivo geral apresenta-se os seguintes objectivos específicos que definem o percurso a realizar:

- Caracterizar o turismo em Portugal.
- Identificar os impactes do turismo nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável e a sua ligação ao turismo sustentável.

- Identificar as características e práticas do ecoturismo.
- Analisar a importância/eficácia da certificação do ecoturismo, como uma ferramenta que determina os padrões de qualidade, através dos seus indicadores e critérios.
- Construir uma proposta de programa de certificação de ecoturismo com base na análise de documentos que contenham indicadores e critérios identificados como essenciais.
- Aplicar o programa de certificação proposto, às práticas do Zmar de forma a responder-se ao objectivo principal.

Para a elaboração deste trabalho fez-se uma revisão bibliográfica, utilizando-se a *internet*, na busca de artigos, livros publicados e informação estatística recolhida de fontes secundárias, que servirão de apoio à concretização dos objectivos traçados.

No capítulo 1, caracterizou-se o turismo sustentável e os seus princípios, assim como se identificou impactes do turismo, nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável.

No capítulo 2, fez-se uma breve caracterização do turismo em Portugal, assim como uma abordagem ao turismo sustentável e ecoturismo na realidade portuguesa.

O capítulo 3 é dedicado ao ecoturismo, no qual aborda-se o seu conceito, os seus princípios, caracteriza-se os ecoturistas e identifica-se impactes do ecoturismo.

O capítulo 4, incluiu-se a construção de uma proposta de um programa de certificação de ecoturismo, construído com base na análise e selecção dos indicadores e critérios que se adequem ao objectivo pretendido, baseando-se em documentos e referências internacionais como o *Mohonk Agreement* ,(M.A., 2000), o *STSC Final Report* (STSC, 2003), a Declaração de Québec, (Q.D., 2002), a *European Ecotourism Labeling Standard* (Eco-Destinet, 2009) e o *Global Sustainable Tourism Criteria* (GSTC,2009).

No capítulo 5, fez-se uma caracterização do Zmar e identificou-se suas práticas, confrontando-as com a proposta de programa de certificação.

No capítulo 6, é feita uma confrontação da informação obtida acerca do Zmar com a proposta de programa de certificação construído, obtendo-se do resultado dessa análise de dados, a conclusão deste trabalho.

1. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Ao longo do tempo em vários encontros e relatórios têm sido manifestadas preocupações com a saúde e bem-estar do planeta, assumindo particular importância a comissão de 1987, de onde saiu o relatório “O Nosso Futuro Comum” mais conhecido como Relatório de Brundtland. Elaborado a partir da contribuição de governos, instituições e pessoas de diferentes classes sociais e profissionais de diversos países expressa a preocupação mundial com os riscos de degradação ambiental e com a necessidade urgente do estabelecimento de novos parâmetros para o desenvolvimento, que tenham como perspectiva a qualidade de vida, a protecção e melhoria do meio ambiente, que reconciliem as actividades humanas com a preservação da vida no planeta e com uma sociedade mais justa e equitativa (Relatório de Brundtland, 1987).

A definição de desenvolvimento sustentável apresentada no relatório de Brundtland é a seguinte: **“é o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”** (Relatório de Brundtland, 1987, p.9)

O mesmo documento indicava também os cinco pilares que conduzem a um desenvolvimento sustentável, sendo eles o planeamento estratégico holístico, a importância de preservar os processos ecológicos essenciais, a necessidade de proteger simultaneamente a herança humana e a biodiversidade, o desenvolvimento ser feito de forma a manter a produção através do tempo pelas futuras gerações, evidenciando equidade intergeracional e também ter como objectivo alcançar um melhor equilíbrio de justiça e oportunidades entre nações.

O conceito de desenvolvimento sustentável deriva da constatação de que o desenvolvimento em curso, era assente na visão estreita do crescimento económico a qualquer custo, no consumismo, individualismo, desigualdade, assim como no tratamento da natureza como depósito de dejectos e fornecedor de recursos inesgotáveis, o que conduzia a um caminho de autodestruição.

No fundo, o relatório de Brundtland vai procurar compatibilizar eficiência económica com justiça social e com prudência ecológica, portanto para ser sustentável, o

desenvolvimento deve ser contínuo ao longo do tempo, gerando aumento do produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental.

Três dimensões são presentemente reconhecidas ao desenvolvimento sustentável, a **sustentabilidade ambiental**, que procura conservar e gerir recursos, especialmente aqueles que não são renováveis ou que são preciosos em termos de suporte de vida e requer acções para minimizar a poluição do ar, terra e água e a conservação da diversidade biológica e da herança natural.

A **sustentabilidade social**, que engloba respeitar os direitos humanos e oportunidades iguais para todos. Requer uma distribuição equitativa dos benefícios, como foco na erradicação da pobreza. Tem a sua ênfase nas comunidades locais, mantendo e reforçando os seus sistemas de suporte de vida, reconhecendo e respeitando as diferentes culturas e evitando qualquer forma de exploração e a **sustentabilidade económica**, a qual pretende gerar prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, reconhecendo o custo efectivo de toda actividade económica. Procura a viabilidade das empresas e actividades e a sua capacidade de se manterem a longo prazo.

Estes três pilares são interdependentes e podem reforçar-se mutuamente ou competir entre si. Conseguir o desenvolvimento sustentável significa no fundo, o equilíbrio destas três dimensões. Sem sustentabilidade não pode existir desenvolvimento durável e a longo prazo, que traga benefícios a todos os interessados, que resolva problemas graves como a pobreza ou que preserve os recursos naturais e construídos pelo homem, em que assentam toda a prosperidade. Esta noção é geralmente aceite por todos e nessa base, a noção de desenvolvimento sustentável expandiu-se e alargou-se a outras formas de desenvolvimento e actividades económicas, incluindo o **turismo**.

1.1. Turismo sustentável e os seus princípios

Turismo sustentável é aquele que pretende chegar às necessidades dos turistas sem esquecer as regiões receptoras, protegendo-as e ampliando as suas oportunidades futuras. O turismo sustentável pretende ser um condutor entre a gestão das necessidades e recursos – económicas, sociais e ambientais – das localidades e dos turistas. Este tipo de turismo pretende ser um turismo responsável e coerente na medida que coloca a integridade cultural e moral dos processos ecológicos e da diversidade biológica, criando um equilíbrio entre o turismo e o meio ambiente e tendo a ambição de fazer a diferença na população receptora e nos turistas que procuram as viagens para aprofundar horizontes. As principais diferenças deste tipo de turismo são os seus ideais e aquilo que procuram alcançar (UNEP, &WTO. 2005).

Preza-se por respeitar a cultura dos locais e o ambiente natural; contribui de forma activa na economia das famílias locais; reconhece que a energia e a água são recursos preciosíssimos e que há necessidade de os preservar; proteger e melhorar os destinos turísticos para que no futuro mais turistas possam usufruir do local e que as pessoas que lá vivem possam ter uma vida tranquila; assegurar a protecção da vida selvagem dos locais e assumir as responsabilidades pelas acções causadas pelos turistas e pelo turismo (UNEP, &WTO. 2005).

O conceito de Turismo Sustentável segundo a Organização Mundial do turismo é:

O desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades dos actuais turistas e também comunidades que os recebem, ao mesmo tempo que protege e melhora as oportunidades futuras. É encarado como um meio de gerir todos os recursos de forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas sejam satisfeitas, ao mesmo tempo que se mantem a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida (WTO, 2012).

E que a mesma organização o definiu em 1995 como, **”Aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitos destinos**

turísticos, em particular pequenas ilhas ambientalmente sensíveis”. (OMT,1995, citado por Bursztyn et al, 2005).

A base do turismo sustentável é constituída pelos três pilares do desenvolvimento sustentável: eficiência económica, justiça social, e prudência ecológica tendo vindo a ser desenvolvido uma série de normas e directrizes para o desenvolvimento e administração da actividade turística, entre as quais os dez princípios para o turismo sustentável, criados pela organização inglesa Tourism Concern e pelo Wordwide Fund for Nature.

Os princípios do turismo sustentável vão consistir em, usar os recursos de forma sustentável, através da conservação e uso sustentável dos recursos; Reduzir o excesso de consumo e o desperdício, procurando evitar os custos de restabelecer, a longo prazo, os danos ambientais, contribuindo para a qualidade do turismo; Manter e promover a diversidade natural, social e cultural, essencial para um turismo sustentável duradouro, criando opções diversificadas para a actividade; Integrar o turismo no planeamento, pois através de um turismo integrado numa estrutura de planeamento estratégico nacional e local, aumenta a viabilidade a longo prazo; Apoiar as economias locais a longo prazo, levando em conta os seus valores e recursos ambientais protegendo essas economias e evitando danos ambientais; Envolver as comunidades locais, pois com o tal envolvimento das comunidades locais no sector do turismo, não só beneficiam essas comunidades, como o meio ambiente em geral, melhorando a qualidade da actividade turística; Integrar o poder público e privado, através da articulação entre o *trade*, as comunidades locais, as organizações e instituições ligadas ao turismo, sendo essencial trabalharem integralmente procurando solucionar potenciais conflitos de interesses; Qualificar mão-de-obra, integrando o turismo sustentável nas práticas de trabalho, na medida em que a recruta deste a um nível local, melhora a qualidade do produto turístico; Comercializar o turismo com responsabilidade, através de *marketing* que promova o turismo com informação que procure incutir respeito pelos ambientes naturais, sociais e culturais das áreas receptoras e aumente a satisfação dos visitantes; Desenvolver pesquisas e a monitorização das actividades através de dados de análise

são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os espaços receptores, para o turismo e os seus consumidores.

Os princípios e linhas orientadoras do turismo sustentável assentam em termos gerais, no seguinte:

Fazer uma utilização óptima dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento turístico, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos e a biodiversidade.

Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades locais, preservar a sua herança cultural e construída e os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão intercultural e a tolerância.

Assegurar operações económicas de longo prazo que sejam viáveis, fornecendo benefícios socioeconómicos a todos os intervenientes no sector, que são distribuídos com justiça, incluindo emprego estável, oportunidades de ganhos de rendimentos e serviços sociais para a comunidade local, contribuindo para a diminuição da pobreza.

Com estes objectivos, o turismo sustentável requer a participação informada de todos os autores relevantes nestes processos, assim como uma forte liderança política que assegure uma vasta participação e consenso.

Trata-se pois de um processo contínuo que requer monitorização constante dos impactes, introduzindo as necessárias medidas preventivas ou correctivas sempre que preciso.

Nos princípios atrás referidos estão contidos todas as dimensões da sustentabilidade: Sustentabilidade económica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental.

1.2. Impactes do turismo

A presença do turismo produz impactes socioculturais e ambientais, bem como económicos. Desse modo a aposta no turismo como opção de desenvolvimento precisa ser feita após serem considerados todos os factores relacionados com os impactes que

irá causar nos recursos que utiliza. Os impactes quer sejam eles positivos ou negativos (económicos, socioculturais ou ambientais) devem ser considerados na sua gestão (Cooper, C.et al., 1993).

1.2.1. Impactes positivos

A actividade turística gera benefícios para os destinos turísticos, respectivas comunidades e para os países promotores, podendo-se identificar nas várias dimensões o seu contributo (Cooper, C.et al., 1993).

São identificados como **impactes económicos positivos**, a criação de emprego, a expansão do sector da construção, a geração de postos de trabalho, a estimulação ao investimento, assim como a criação de valor ambiental e cultural.

Como **impactes socioculturais positivos** identificam a valorização e preservação do património local, o melhoramento de infraestruturas e acessos, o desenvolvimento e comércio do artesanato local, a consciencialização de outras formas e estilos de vida, a valorização da herança cultural e a formação dos colaboradores.

Como impactes ambientais positivos são identificados incentivos à protecção e conservação da natureza, a valorização do local, a consciencialização do valor dos recursos naturais, a promoção das riquezas naturais e a maior atractividade dos destinos turísticos.

1.2.2. Impactes negativos

Ao turismo, tal como são identificados impactes positivos, do mesmo modo são identificados impactes negativos. (Cooper, C.et al., 1993).

São identificados como **impactes económicos negativos**, a dependência económica do turismo, a inflação, provocada pelo aumento de bens e serviços básicos provocados pela actividade turística, que pode conduzir ao aumento dos preços afectando negativamente os residentes locais, o investimento em infraestruturas que são usadas apenas parte do ano, a especulação imobiliária, o turismo fechado no qual a oferta de pacotes turísticos com tudo incluído leva a que as comunidades locais não beneficiem.

Como **impactes socioculturais negativos**, identificam as mudanças nas formas e estilos de vida, a degradação da religião e da cultura, a pressão sobre o artesanato local e a alteração de artes tradicionais, a construção de edifícios fora da arquitectura local e a perda de dignidade ao procurar servir os turistas.

Como **impactes ambientais negativos** são identificados, a destruição e perda de biodiversidade, a perturbação de habitats naturais, a poluição (águas subterrâneas e superficiais, ar e ruído), a compactação do solo e conseqüente aumento do escoamento superficial e erosão, a alteração da paisagem natural, a produção de resíduos, a alteração do uso do solo e a sua degradação (densificação urbana habitacional) e o aumento de veículos e degradação de vias de acesso devido ao tráfego.

Dos impactes mencionados pelos autores percebe-se que o turismo é uma actividade que influencia a economia, o ambiente e a sociedade onde existe, os impactes que dele advém, muitos são positivos, contudo, impactes negativos também são identificados e não devem ser desconsiderados na óptica de uma boa gestão, tentando-se assim, mitigar ou eliminar os seus efeitos, com o objectivo de o fazer perdurar, com a qualidade desejada.

2. TURISMO EM PORTUGAL

2.1. Breve caracterização do Turismo em Portugal

No Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), ou no estudo “Parques Visão XXI”, realizado conjuntamente pelo Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), são referidos, muitos dos atractivos que Portugal tem neste sector, a sua localização geográfica, o seu agradável clima, o sol, as praias, a gastronomia, a sua história e património arquitectónico, a diversidade de paisagem continental, norte/sul, litoral/interior, os Açores, a Madeira, a segurança que oferece, a hospitalidade, etc., um sem fim de características e qualidades, tornando-se um país, com grandes potencialidades no desenvolvimento deste sector de actividade.

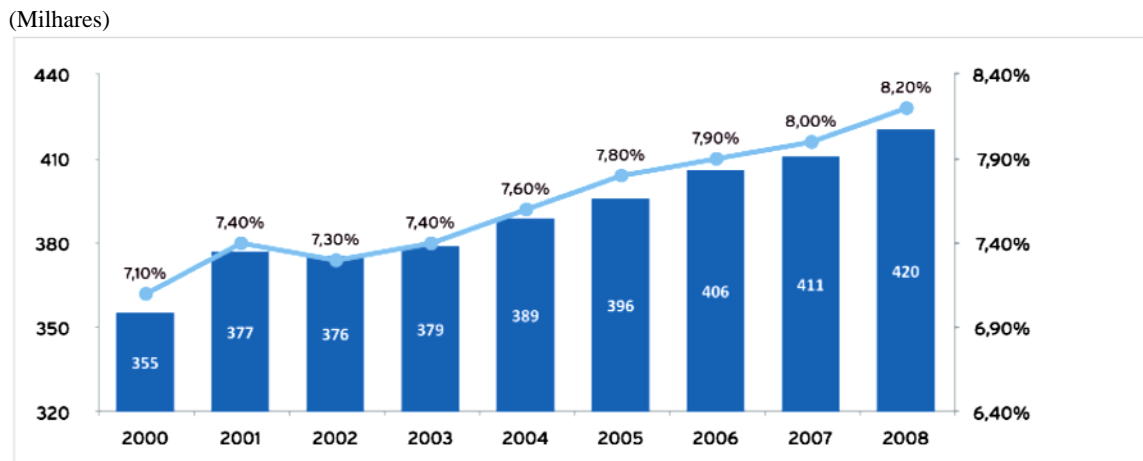
Outros factores de atracção do turismo de Portugal, que não são só o sol e o mar, são divulgados na imprensa internacional. O New York Times colocou em 2º lugar a cidade de Lisboa, na sua lista de “destinos a visitar em 2008 (Velo, 2008). Segundo o autor o jornal apresentou um novo retrato do país: ”um destino a caminho do futuro, com um pé firmemente assente no seu rico passado”. Durante o ano de 2007 este jornal fez dez referências na sua secção de viagens, ou seja, tantas quantas aparecem nos cinco anos anteriores. Esses artigos apesar de referirem o produto “Sol e Mar”, dão também ênfase ao Douro e ao Porto que considera como destinos de vanguarda para enófilos praticantes e apreciadores da gastronomia, a Marvão e à sua pousada e castelo, às Pousadas de Portugal, a Cascais e Sintra, entre outros locais a visitar.

De acordo com informação recolhida da Análise de Mercados – Principais Indicadores Estatísticos da Actividade Turística 2008/2009, disponível no site do Turismo de Portugal, Portugal ocupa a 7ª posição em termos de *competitive set* dos destinos concorrentes na Bacia do Mediterrâneo, com 11,3 milhões de turistas, ponderado pelas variações entre 08/2007 e 09/2008, do indicador hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, tendo como fonte a UNTWO – World Tour Organization: National Statistics Office, que refere, que no *ranking* mundial, Portugal ocupa o 19º lugar. Sendo os principais concorrentes na Bacia do Mediterrâneo, a França, a Espanha, a Itália, a

Turquia, a Grécia e o Egipto, com uma carteira de produtos semelhante a Portugal, em particular destinos associados ao sol e mar.

Um factor importante, que deve ser mencionado quando se fala de turismo em Portugal, é o emprego. O peso do emprego nas actividades características do turismo atingiu em 2008, 8,2% o que representou 420 400 postos de trabalho, mais 9 500 indivíduos, face ao ano anterior, representando um crescimento de 2,3%. É de notar ainda o crescimento positivo desde 2000, com excepção no ano 2002 (Fig.1).

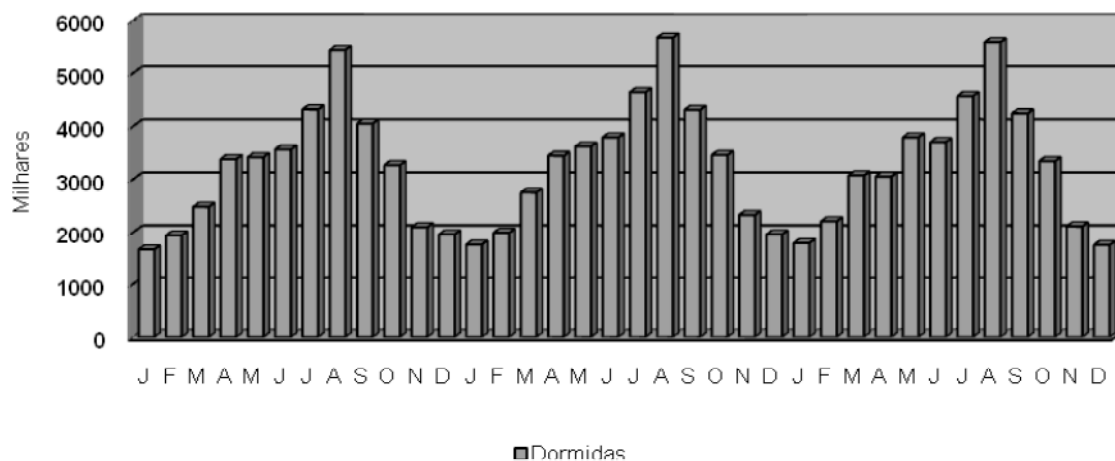
Fig. 1 - Emprego no Sector do Turismo



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Conta Satélite do Turismo – Actividade Turística e Económica em Portugal 2010.

A sazonalidade é uma das principais características do turismo em Portugal, dado que as motivações “sol e mar” continuam a ser as dominantes da procura turística. Junto ao litoral concentra-se a maior oferta, daí que seja nos meses mais quentes que o país é mais procurado pelos turistas e o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros aumenta (Fig. 2).

**Fig. 2 - Dormidas Mensais nos Estabelecimentos Hoteleiros Portugueses
(anos 2006, 2007 e 2008)**

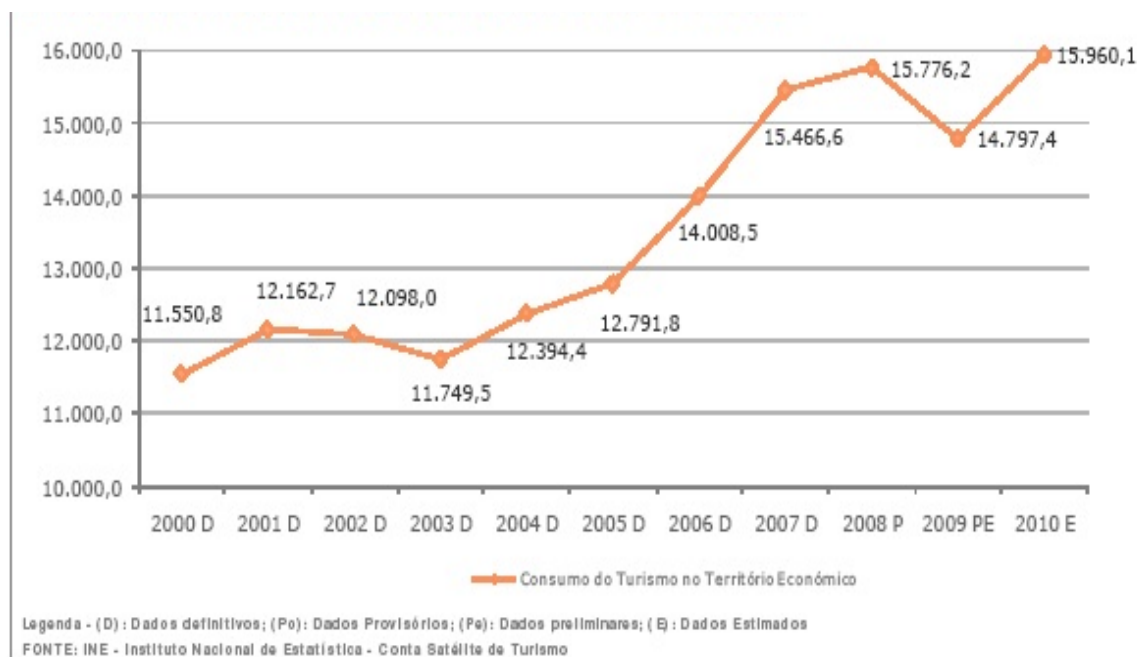


Fontes: INE, Estatísticas do Turismo (2006, 2007 e 2008).

O sector do turismo em Portugal assume uma particular importância na economia nacional, o consumo turístico no ano de 2010 em Portugal, aproximou-se dos dezasseis mil milhões de Euros, estimando-se que totalize, 9,2% do PIB (Turismo de Portugal, 2011).

As receitas turísticas, por países de residência e por mês, demonstram o factor “sazonalidade” da actividade, sendo os meses entre Julho e Setembro os que geram maior receita, e os países de onde provém maior receita, são o Reino Unido, a França, a Espanha, e a Alemanha (Turismo de Portugal, 2011).

Fig. 3 - Evolução do Consumo do Turismo no Território Económico
Milhões de €



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Conta Satélite do Turismo – Actividade Turística e Económica em Portugal 2010.

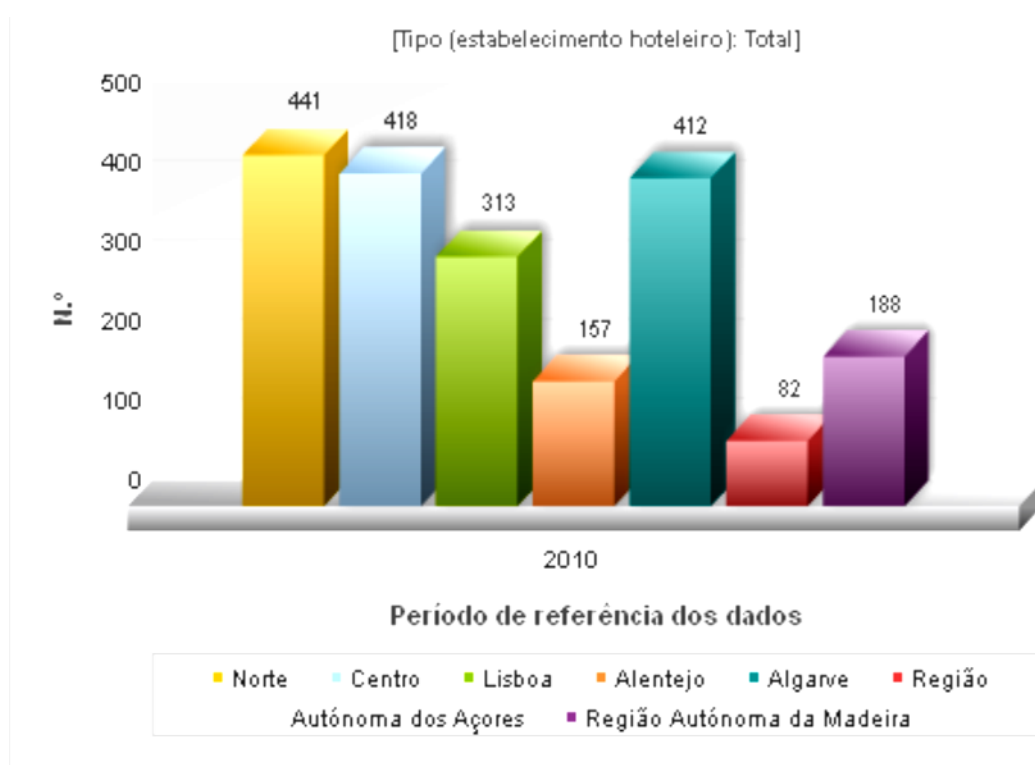
Dado o país concentrar na sua reduzida área territorial uma enorme diversidade geográfica, natural e cultural, que poderá contribuir para diversificar a oferta e aumentar a importância relativamente a outras motivações turísticas além do sol e mar, como o circuito cultural (cidades históricas, monumentos, arqueologia), o turismo de natureza, o turismo de negócios, o turismo náutico, o turismo de saúde e bem-estar, e o turismo de desporto, como por exemplo o golfe entre outras possibilidades, seria interessante analisar-se o turismo em Portugal por sectores de turismo e a evolução que tem ocorrido, contudo, essa desagregação não se encontra disponível.

No entanto, outra análise pode ser feita, com base nos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, a análise quantitativa do número de estabelecimentos hoteleiros

e do número de dormidas em 2010 por região, permitindo a percepção das regiões com maior ou menor incidência de turismo.

Analisando o número de estabelecimentos hoteleiros por região, verifica-se que em 2010, o maior número encontra-se na região Norte com 441 estabelecimentos, seguido da região Centro, com 418, contudo, com valores muito próximos, aos localizados no Algarve, de 412 estabelecimentos hoteleiros. Na situação de menor número encontra-se os Açores, com apenas 82, seguido do Alentejo com 157 Estabelecimentos.

Fig. 4 - Número de Estabelecimentos Hoteleiros por Região – 2010



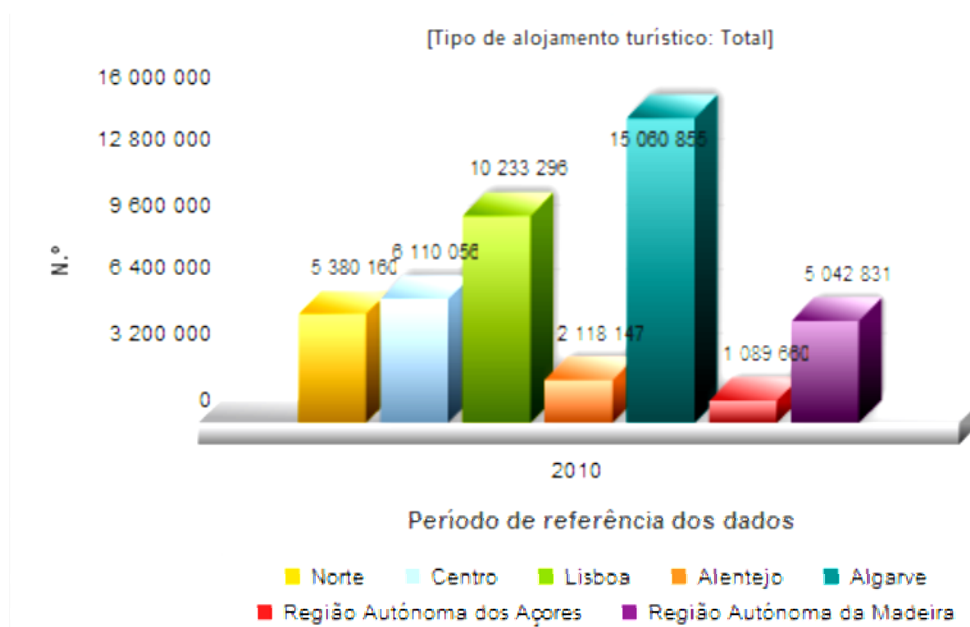
Fonte: Instituto Nacional de Estatística 2011.

No entanto, esta análise por si só, poder-nos-á levar a uma leitura que não é a mais correcta, no que respeita à procura, dado que o número de estabelecimentos hoteleiros por região, não tem correspondência directa ao número de dormidas. Importa então analisar o número de dormidas em alojamentos turísticos em 2010, de forma a melhor perceber a distribuição do turismo por região em Portugal.

No que respeita ao número de dormidas em alojamentos turísticos em 2010, a procura no Algarve é muito superior a qualquer outra região de Portugal, com 15 060 855 dormidas, seguido por Lisboa com 10 233 296 dormidas. Não correspondendo à leitura feita pela análise do número de estabelecimentos em que o maior número de estabelecimentos se encontra nas regiões Norte e Centro.

As regiões onde em 2010 ocorreram menor número de dormidas em alojamentos turísticos foram nos Açores com 1 089 660 e no Alentejo com 2 118 147 dormidas.

Fig. 5 - Número de Dormidas nos Alojamentos Turísticos Colectivos por Região – 2010



Fonte: Instituto Nacional de Estatística 2011.

De acordo com análise de dados apresentados referente ao número de dormidas nos alojamentos turísticos por região, o Algarve, apresenta valores que se destacam das outras regiões do país, pelo número de estabelecimentos hoteleiros por região e pela análise do número de dormidas mensais, sugerindo uma relação directa entre estes indicadores com o turismo ligado ao sol e à praia, sendo este um grande atractivo na actividade turística portuguesa. A este tipo de atracção turística em Portugal, associa-se

a sazonalidade, que nos meses de Verão tem o pico máximo da sua procura, conforme demonstra a análise dos valores do número de dormidas mensais nos estabelecimentos hoteleiros que têm maior expressão de procura durante esses meses.

Mas, presentemente é reconhecido que Portugal tem um outro conjunto de qualidades e características que motivam a atracção turística. Estas permitem diversificar a sua oferta, diferenciando-se de destinos concorrentes com oferta semelhante no que respeita ao sol e praia.

O aproveitamento, o desenvolvimento e a divulgação do enorme leque de atracções turísticas que Portugal possui, para além do sol e mar, poderá atenuar os efeitos da sazonalidade e diminuir a concentração do turismo na costa litoral portuguesa, através da atracção do turismo para outras regiões, aproveitando todo o vasto potencial turístico, contribuindo para a manutenção ou aumento de postos de trabalho no país, assim como, para o aumento das receitas provenientes das actividades características do turismo.

2.2. Turismo de Natureza em Portugal

Em Portugal não existe uma definição oficial para o ecoturismo, na legislação, no ICNB ou outras entidades. O conceito que mais se aproxima deste tipo de turismo é o de turismo de natureza que, segundo o ICNB (2010), consiste num produto turístico composto por estabelecimentos, actividades de animação ambiental e serviços de alojamento. Os produtos de turismo de natureza envolvem diversas práticas, incluindo a interpretação, a contemplação e o usufruto da natureza nas suas diferentes vertentes (passeios a pé, de bicicleta, a cavalo, de barco, observação de fauna e flora, canoagem, entre outros), o contacto com o ambiente rural, com as populações e tradições locais, bem como o alojamento em casas tradicionais (ICNB, 2005).

Portugal dispõe das “matérias-primas” indispensáveis à consolidação e desenvolvimento de vários produtos estratégicos, incluindo, entre outros, o turismo de natureza, circuito cultural, paisagístico e saúde e bem-estar (PENT, 2006). Para que Portugal possa ter uma capacidade competitiva no sector do turismo da natureza e ecoturismo, a primeira componente que deve ser considerada é a quantidade e qualidade

dos seus recursos de base. Com 21% do território do país classificado como área protegida (entre parques naturais, reservas naturais e outras áreas de interesse natural) considera-se que Portugal conta com uma importante base de partida (THR, 2006).

A importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais únicos inerentes ao território das áreas protegidas e a crescente procura destes locais para actividades de recreio em contacto directo com a natureza e com as culturas locais, fazem com que estes espaços se constituam como novos destinos turísticos em Portugal (PENT, 2006).

Considerando-se que Portugal reúne as condições para uma evolução na prática do ecoturismo, caso se aposte neste sector de actividade.

Atendendo a que a implementação de turismo de natureza deve ser baseada em critérios de sustentabilidade e que as actividades turísticas necessitam sempre de um espaço físico (natural e cultural) para o seu desenvolvimento, foi criado em Portugal, o Programa Nacional de Turismo de Natureza (THR, 2006). De acordo com o novo enquadramento legal para os empreendimentos turísticos e para as actividades de animação turística, é o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade que reconhece como turismo de natureza, as actividades que decorrem em áreas classificadas ou outras com valores naturais (ICNB, 2005).

3. ECOTURISMO

3.1. Conceito de ecoturismo

As origens do termo ecoturismo não são totalmente claras. Em 1965, Hetzer foi um dos primeiros a mencionar o conceito de turismo responsável, identificando como quatro pilares principais destas actividades, a minimização dos impactes ambientais, o respeito pela cultura local, a maximização dos benefícios da comunidade local e a satisfação dos turistas (Fennell, 2008). Nos anos 70 e 80, aquando do chamado movimento ambiental o ecoturismo começou a ganhar forma (Honey M.,1999), sendo a primeira definição atribuída a Ceballos-Lascuráin, em 1987, que o definiu como viagens para áreas protegidas relativamente pouco perturbadas ou puras com o objectivo específico de estudar, admirar e apreciar a paisagem, a sua fauna e flora, bem como qualquer tipo de manifestações culturais do presente e do passado, encontrados nesse local (Ceballos-Lascuráin, 1987, citado por Pires, 2002).

A Internacional Ecotourism Society, fundada em 1990, definiu o ecoturismo como viajar de modo responsável para áreas naturais que conservem o ambiente e promovam o bem-estar da comunidade local, associado a três princípios gerais: benefícios para a conservação da natureza, benefícios para a comunidade local e benefícios económicos (TIES, 1990).

Segundo o Mohonk Agreement (2000), o ecoturismo é um tipo de turismo sustentável focado em áreas naturais, que beneficia o ambiente e as comunidades locais e que fomenta a compreensão, valorização e sensibilização do ambiente (M.A., 2000).

A declaração, no ano de 2002, do Ano Internacional do Ecoturismo, pela ONU, e a convocação da Cimeira Mundial de Ecoturismo (WES), pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) e pela Organização Mundial de Turismo (OMT), resultou no primeiro documento ao nível da ONU – a Declaração de Quebec (Q.D) que reconhece o ecoturismo como um tipo de turismo sustentável que envolvem todos os seus princípios, preocupações económicas, sociais e ambientais e os seus impactes. Inclui o ecoturismo dentro no turismo sustentável, através de cinco critérios principais: são produtos à base da natureza; com mecanismos de gestão que garantam minimização dos impactes; que

fomentam a educação ambiental; que contribuem para a conservação das áreas protegidas e heranças culturais; que incluem as comunidades locais e população indígena no seu planeamento e desenvolvimento, bem como em todas as operações envolventes, contribuindo para o seu bem-estar (Q.D.2002).

3.2. Princípios do ecoturismo

A Sociedade Internacional de Ecoturismo traçou, desde 1991, os resultados dos encontros realizados, de modo a desenvolver um conjunto de princípios, que serão aceites por um crescente número de ONG, actividades do sector privado, Governos, academias e comunidades locais. Assim, estes princípios, segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo são os seguintes (Wood, 2002):

Minimizar os impactes negativos na natureza e na cultura, que possam danificar um destino; Educar os turistas acerca da importância da conservação; Realçar a importância de actividades económicas responsáveis, onde trabalhando cooperativamente com as autoridades locais e as populações, se possa conhecer as necessidades locais e assistir aos benefícios da conservação; Criar rendimentos directos para a conservação e gestão de áreas naturais e protegidas; Enfatizar a necessidade de expansão do turismo regional e de planos de gestão traçados para os visitantes, para outras regiões ou áreas naturais já seleccionadas como futuros destinos ecoturísticos; Enfatizar o uso de estudos de base ambiental e social, bem como programas de monitorização de longo prazo para aceder e minimizar os impactes; Empenhamo em maximizar os benefícios económicos do país anfitrião e as actividades económicas locais, particularmente para as populações residentes em áreas adjacentes às áreas naturais e protegidas; Assegurar que o desenvolvimento do turismo não irá exceder os limites sociais e ambientais de mudanças aceitáveis, determinado pelos investigadores em cooperação com a população residente; Confiar que as infraestruturas tenham sido desenvolvidas em harmonia com o ambiente, minimizando o uso de combustíveis fósseis, conservando as plantas locais e a vida selvagem e misturando-se com o ambiente natural e cultural.

3.3. Ecoturistas

De acordo com a International Ecotourism Society os ecoturistas são consumidores responsáveis, interessados em contribuir para a sustentabilidade social, económica e ambiental. Procuram experiências verdadeiras, em áreas com pouca intervenção humana, beneficiar as comunidades locais, minimizar a pegada ecológica nas suas viagens, planear com sabedoria e escolher o destino conscientemente (TIES, 2011). O ecoturista distingue-se do turista comum pela sua motivação, interesse atitude e valores (Fennell 1999).

No estudo “Parques Visão XXI” realizado pelo Instituto de Conservação da Natureza e pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, refere que estudos realizados pela Organização Mundial de Turismo evidenciam que de uma forma geral os ecoturistas são indivíduos com idade superior a 35 anos (principalmente do escalão etário compreendido entre os 35 e 50 anos de idade), são mais mulheres que homens (53% de mulheres face a 47% de homens), dispõem de níveis mais elevados de rendimento, possuem níveis de educação superiores à média dos turistas em geral. Refere ainda o facto de nos últimos anos estar-se a assistir a um crescimento significativo do número de turistas com idades compreendidas entre os 18 anos e os 25 anos motivados pelo ecoturismo. Estes turistas correspondem a um conjunto de jovens que foram e estão especialmente sensibilizados pelo discurso ambientalista ou tiveram educação ambiental e que têm consciência da importância e dos valores em causa com a preservação e protecção da natureza (ICN e ISCTE, 2004).

3.4. Impactes do ecoturismo nas várias dimensões

Ao ecoturismo têm sido atribuídos vários impactes, quer económicos quer ambientais ou socioculturais, impactes esses muitos deles positivos. Contudo, os impactes negativos também têm sido referenciados por alguns autores ou entidades ligados ao estudo desta actividade.

De acordo com as Directrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, a EMBRATUR/IBAMA, os impactes positivos do ecoturismo são a geração de emprego, rendimentos e o estímulo ao desenvolvimento económico em vários níveis (local,

regional, estadual e nacional), a possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infraestruturas (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicações), o aumento dos investimentos na conservação de áreas naturais e de bens culturais, a fixação das populações graças à geração de emprego e rendimento, a sensibilização dos turistas e populações locais para a protecção do ambiente, do património histórico e de valores culturais (educação ambiental), o fomento de outras actividades económicas potencialmente sustentáveis como a gestão de plantas medicinais, ornamentais, etc., a melhoria do nível sócio-cultural das populações locais e o estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade e intercâmbio de ideias, costumes e estilos de vida.

Em situações em que o ecoturismo é praticado em áreas protegidas menciona ainda como impactes positivos a sustentabilidade das áreas protegidas, um maior envolvimento da população local com as áreas protegidas, a circulação de informação sobre o meio ambiente, o aumento da oferta de actividades de lazer e recreação, o aumento da capacidade de fiscalização e o controlo sobre os grupos organizados e divulgação das áreas protegidas.

Contudo, são identificados impactes negativos “...o ecoturismo vendido e praticado é muito diferente da sua proposta conceitual. A partir do momento em que a actividade ecoturística for planejada e praticada seguindo os princípios básicos de educação ambiental, conservação da natureza, valorização das manifestações culturais e envolvimento das comunidades locais, os impactos negativos gerados por essa actividade provavelmente serão mínimos ou até mesmo eliminados e seus impactos positivos serão potencializados.”Soares, M. (data desconhecida)

Nas Directrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, a EMBRATUR/IBAMA menciona como impactes negativos do ecoturismo, o aumento do consumo de recursos naturais levando ao seu esgotamento, a degradação ambiental pela implementação de construções e infraestruturas desenfreadas e a transformação negativa da paisagem, o aumento da produção de resíduos sólidos e efluentes líquidos, a alteração de ecossistemas naturais devido a introdução de espécies exóticas de animais e plantas, o estímulo ao consumo de *souvenirs* produzidos a partir de elementos naturais escassos, a perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas, o

aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade da terra, habitações e meios de produção por parte das populações locais (instabilidade e iniquidade económica), a geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística e aglomerações urbanas não planeadas.

Em situações em que o ecoturismo é praticado em áreas protegidas menciona como impactes negativos, o pisoteio, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas, a degradação de infraestruturas e de atractivos e elementos naturais, o *stress* e desaparecimento da fauna em razão da presença humana (provocados pelo barulho, cheiro e cores estranhas ao ambiente), o aumento e/ou deposição inadequada de lixo, a necessidade de utilizar áreas naturais para instalação de infraestruturas e o aumento do risco de incêndios.

Muitos destes impactes negativos são comuns aos impactes negativos de qualquer outra forma de turismo que em nada traduzem um turismo sustentável ou ecoturismo.

Podendo colocar-se as seguintes questões: O sucesso do ecoturismo pode contribuir para a degradação das áreas onde ele existe? O termo ecoturismo pode estar a ser utilizado de forma abusiva?

4. SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO

4.1. Importância e objectivos da certificação

A certificação funciona como um meio para motivar negócios e intervenientes a melhorar ambientalmente, socialmente e economicamente os seus desempenhos, ao mesmo tempo que os premeia. Pode trazer vários benefícios, ajudando a garantir a sustentabilidade e a conservação, elevando os padrões de qualidade, garantindo meios de auto-regulação e vantagens de marketing (STSC, 2003).

À medida que os consumidores compreendem e reconhecem marcas credíveis de certificação, os candidatos podem alcançar vantagens competitivas e de marketing, na diferenciação dos seus produtos, da sua reputação e do seu reconhecimento, o que aumenta os rendimentos do negócio (STSC, 2003).

A certificação ajuda a proteger nichos de mercado, como destinos de ecoturismo ou turismo sustentável, especialmente quando a credibilidade do destino está ameaçada por *greenwashing*, termo aplicado às empresas que afirmam, falsamente, ter adoptado práticas sustentáveis nos seus negócios com o intuito de melhorar a sua reputação e ter vantagem competitiva (Higham, 2007).

4.2. Acreditação dos sistemas de certificação

Uma questão central em todos os tipos de certificação é a sua credibilidade. É uma característica essencial que garante a sua eficácia e qualidade, um sistema sem credibilidade não se insere no mercado, não convence clientes e não demonstra nada (Font, X. & Tribe, 2001).

Acreditação é o processo de qualificação e aprovação de entidades que executam certificação de empresas, produtos ou serviços. Ser acreditado significa que se tem licença para certificar com base em princípios e *standards* predefinidos. Através da acreditação, as entidades certificadoras podem comprovar a sua capacidade de efectuar certificações e adquirir credibilidade no seu sistema (STCS, 2003).

A única forma de esquemas de certificação locais poderem alcançar uma posição competitiva face a iniciativas internacionais é a criação de um sistema de acreditação global (Font, X., 2002).

O *Sustainable Tourism Stewardship Council* (STSC), o *Global Sustainable Tourism Criteria* (GSTC) e o *European Ecotourism Labeling Standard* (EETL) pretenderam criar um conjunto de critérios *standards* com o propósito de harmonizar os instrumentos e iniciativas de classificação de qualidade, quer do turismo sustentável quer do ecoturismo.

4.3. Indicadores e critérios a utilizar na certificação do turismo sustentável

Qualquer programa de certificação aplicado ao turismo deve possuir critérios que cumpram os *standards* do turismo sustentável, constando *standards* mínimos que refiram experiências pessoais centradas na natureza, que conduzem a uma maior compreensão e apreciação; interpretação e compreensão da natureza, da sociedade local e cultura; contribuições positivas e activas para a conservação de áreas naturais e biodiversidade; benefícios económicos, sociais e culturais para as comunidades locais; envolvimento da comunidade local onde for possível; adequação do design e escala das instalações, excursões e atracções ao local; preservação e minimização de impactos na cultura local (M. A., 2000).

Para a selecção dos indicadores e critérios utilizados na proposta do programa de certificação de ecoturismo, foram consultados diversos documentos e referências internacionais, como o *Mohonk Agreement* (M.A.,2000), a Declaração de Québec (Q.D.,2002), O *STSC Final Report* (STSC, 2003), os EETLS (*Eco-Destinet*, 2009) e o *Global Sustainable Tourism Criteria* (GSTC, 2009), resultando cinco categorias. Quatro categorias principais correspondentes ao grupo do turismo sustentável, e por fim uma quinta categoria, a do ecoturismo.

4.3.1. Sistema de certificação do turismo sustentável: indicadores e critérios

Os indicadores e critérios do sistema de certificação do turismo sustentável seleccionados, obtidos na consulta das fontes mencionadas no capítulo anterior, resultaram em quatro categorias principais de critérios: estruturais, socioeconómicos, de património cultural e ambientais descrevendo-se em seguida o que cada um avalia ou as dimensões da avaliação.

Critérios A: Estruturais

A.1 Alvo: O alvo da certificação e que sectores abrangem.

- Certifica negócios e/ou produtos;
- Quais os sectores abrangidos: alojamento, excursões, atracões e/ou destinos

A.2 Selo: Característica do selo ou rótulo de certificação.

- Utilização de um selo como prémio de qualificação e a sua validade (2 ou três anos).
- Controlo do uso apropriado do selo, por exemplo, pela perda de selo em caso de incumprimento dos *standards*.

A.3 Níveis de classificação: qual o tipo de classificação *pass/fail* ou níveis de classificação.

A.4 Metodologia: qual o tipo de metodologia aplicada.

A.5 Auditorias:

A.5.1 Independência dos órgãos avaliadores.

- Órgão certificador e processo de monitorização independente;
- Constituição de um órgão avaliador através de uma equipa de trabalho e corpo técnico experiente, capacitado e multidisciplinar.

A.5.2 Tipo de auditorias realizadas é de 1º, 2º ou 3º grau.

A.6 Planeamento e gestão ambiental:

A.6.1 Planeamento ambiental prévio:

- Existência de um plano de gestão ambiental, adequado à escala e tamanho do negócio;
- O plano de gestão ambiental considera questões ambientais, socioculturais e qualidade dos serviços;
- O plano de gestão ambiental é divulgado internamente e externamente;
- Existência de avaliações prévias de impactes;
- Existência de estratégias de mitigação de impactes;

A.6.2 Compromisso de gestão ambiental: declaração de compromisso ambiental.

A.6.3 Mecanismos de avaliação

- Mecanismos de avaliação e monitorização de desempenho ambiental;
- Registo de desempenho ambiental e social das actividades e impactes.

A.6.4 Segurança e planos de contingência para emergências ambientais e saúde.

A.7 Conformidade legal.

- Legislações e regulamentações locais, regionais e internacionais relevantes;
- Legislação e regulamentações de saúde;
- Legislação e regulamentações de segurança;
- Legislação e regulamentações de trabalho e direitos sociais;
- Legislação e regulamentações ambientais;
- Legislação e regulamentações de protecção de locais históricos e heranças culturais.

A.8 Formação de funcionários

- Formação periódica dos funcionários, independentemente da sua função;
- Preparação, formação e educação dos funcionários;

- Conhecimento e aplicação das medidas do plano de gestão pelos funcionários;
- Responsabilização, conhecimento e sensibilização sobre o local;
- Responsabilização, conhecimento e sensibilização em gestão ambiental;
- Responsabilização, conhecimento e sensibilização da comunidade local e cultural;
- Formação e preparação para questões operacionais e respostas de emergência;
- Disponibilidade de materiais didácticos e informativos;
- Licença para cursos e formações no exterior.

A. 9 Satisfação do cliente

- Mecanismos de avaliação e *feedback* dos clientes;
- Aplicação de acções correctivas;
- Monitorização e análise das acções correctivas e preventivas;
- Disponibilização dos contactos do programa de certificação e/ou respectiva Associação.

A.10 *Marketing* rigoroso

- Qualidade e rigor dos materiais promocionais;
- Realismo das expectativas criadas;
- Clarificação aos consumidores da etiqueta ecológica;
- Confirmação dos conteúdos, por exemplo por académicos ou ONG's;
- Indicações de comportamentos adequados nos diversos locais;
- Recomendação aos turistas, por exemplo, de vestuário adequado ou materiais indicados;
- Descrição dos locais, valores naturais e de património.

A.11 *Design* e construção de edifícios e infraestruturas:

A.11.1 *Design* e localização

- Adequação da localização, respeito pela área natural e património cultural;
- Respeito pelos requisitos das áreas protegidas;
- Avaliação prévia de impactes;
- Respeito pelos direitos das terras e processos de aquisição;
- Consideração da cultura local e população;
- Respeito pela paisagem e meio ambiente;
- Respeito pela fauna e vida selvagem;
- Consciencialização e informação de todas as partes envolvidas como funcionários, trabalhadores ou construtores.

A.11.2 Construção sustentável

- Princípios de construção sustentável;
- Minimização de impactes;
- Materiais de construção sustentáveis;
- Técnicas de construção sustentáveis;
- Adaptação às condições locais;
- Medidas de minimização de gastos e custos.

A.11.3 Acesso a necessidades especiais

- Contemplado o acesso a pessoas com necessidades especiais.

A.12 Interpretação

- Disponibilização de materiais de informação e educação;
- Actividades que envolvem aprendizagem e educação ambiental.

CrITÉRIOS B: Socioeconómicos

B.1 Desenvolvimento da comunidade

- Iniciativas de desenvolvimento social e infra-estruturas na comunidade local;

- Definição e implementação de estratégias de desenvolvimento na comunidade local.

B.2 Emprego local/locais de emprego.

- Empregabilidade dos residentes locais;
- Empregabilidade dos residentes locais em posição de gestão, trabalho com lideranças indígenas;
- Fomento da procura de recursos humanos locais;
- Contribuição para a capacitação e formação da população local.

B.3 Comércio justo.

- Aquisição de bens e serviços locais;
- Uso de materiais sustentáveis, produzidos localmente;
- Práticas éticas de negociação.

B.4 Empreendedores locais.

- Apoio a pequenos empreendedores locais;
- Fortalecimento e estimulação das competências da comunidade local;
- Apoio e divulgação da cultura, desportos e actividades recreativas;
- Incentivo ao conhecimento de negócios e actividades das comunidades locais.

B.5 Comunidades locais.

- Elaboração e aplicação de código de conduta;
- Envolvimento e colaboração da comunidade local na elaboração do código de conduta.

B.6 Exploração: Direitos humanos.

B.7 Contratação equitativa: de homens e mulheres

B.8 Protecção dos empregados: protecção legal nacional e internacional dos empregados.

B.9 Serviços básicos: garantia de serviços básicos como água, energia, ou saneamento.

Critérios C: Património cultural

C.1 Código de conduta.

- Elaboração e aplicação de código de conduta para visitas a locais culturais;
- Fornecimento de informação e interpretação sobre a cultura e comunidade local.

C.2 Artefactos históricos.

- Controle da negociação ou exposição de artefactos históricos e arqueológicos, excepto os permitidos por lei.

C.3 Protecção dos locais.

- Protecção e preservação de locais e propriedades com importância cultural;
- Acesso de residentes locais.

C.4 Incorporação da cultura.

- Utilização de elementos artísticos da localidade nas operações, de arquitectura ou outras formas de património cultural.

Critério D: Ambientais

D.1 Conservação de recursos:

D.1.1 Política de aquisição

- Aquisição de produtos ecológicos e utilização de materiais sustentáveis;
- Utilização de produtos e materiais reciclados e/ou recicláveis;
- Favorecimento de fornecedores certificados;
- Produtos e materiais produzidos localmente;
- Utilização mínima de recursos naturais não renováveis;
- Incentivo ao desenvolvimento e divulgação de tecnologias amigas do ambiente.

D.1.2 Bens de consumo

- Controlo da aquisição de bens descartáveis e de consumo;

- Redução do uso de materiais descartáveis e de consumo;
- Programas de minimização de embalagens.

D.1.3 Consumo de energia

- Identificação de fontes de consumo e aplicação de medidas de redução do consumo em geral;
- Incentivo ao uso de energias alternativas;
- Aplicação de medidas para uso adequado de iluminação natural;
- Envolvimento dos clientes e funcionários no uso sustentável de equipamentos e iluminação;
- Utilização de equipamentos e dispositivos energeticamente eficientes.

D.1.4 Consumo de água.

- Utilização sustentável de água;
- Identificação de fontes de consumo e aplicação de medidas de redução do consumo geral;
- Disponibilização de políticas e medidas de poupança de água e uso eficiente.

D.2 Redução de poluição:

D.2.1 Gases com efeito estufa

- Controlo e medição das emissões de gases com efeito estufa;
- Implementação de processos de redução e compensação de emissões;
- Aplicação de medidas de minimização de emissão de gases, *sprays* poluentes e odores fortes;
- Redução de poluição pelos transportes.

D.2.2 Águas residuais

- Sistemas de gestão de águas residuais;
- Tratamento eficaz de águas residuais;

- Reutilização de águas residuais ou efluentes tratadas;
- Sustentabilidade no tratamento de esgotos, águas residuais e sua eliminação;
- Protecção dos corpos de água contra produtos tóxicos, perigosos ou eutrofizantes.

D.2.3 Plano de gestão de resíduos

- Aplicação de um sistema ou plano de minimização de resíduos e eliminação sustentável;
- Separação de resíduos para reutilização ou reciclagem e verificação do seu destino final;
- Utilização dos resíduos orgânicos em programas de gestão, como por exemplo a compostagem;
- Adesão e apoio a programas de reciclagem existentes;
- Participação de funcionários e clientes em programas/acções de reciclagem.

D.2.4 Substâncias nocivas

- Utilização de substâncias nocivas, como pesticidas ou tintas, e substituição por produtos inócuos;
- Aquisição, armazenamento e utilização de substâncias perigosas e de químicos;
- Utilização de produtos de limpeza e cosmética, biodegradáveis e não eutrofizantes.

D.2.5 Outros tipos de poluentes.

- Poluição sonora;
- Iluminação e poluição luminosa;
- Impacte visual;
- Gestão de águas superficiais;
- Erosão de solos e drenagens;
- Controlo de insectos e roedores;

- Precauções quanto às alterações climáticas.

D.3 Conservação da biodiversidade, ecossistemas e paisagem

D.3.1 Espécies selvagens

- Existência de políticas relativas às espécies selvagens;
- Actividades que envolvem espécies selvagens estão reguladas e decorrem de forma sustentável;
- Apresentam políticas e medidas contra a compra de produtos à base de espécies ameaçadas;
- Mecanismos de monitorização e protecção de espécies ameaçadas e de combate a espécies invasoras;
- Os funcionários conhecem e cumprem as políticas da empresa.

D.3.2 Espécies em cativeiro

- Espécies selvagens em cativeiro;
- Regulamentação para manutenção de exemplares vivos de espécies protegidas;
- Inclusão de políticas de conservação na formação dos funcionários.

D.3.3 Intervenções na paisagem

- Utilização de espécies nativas para restauro, reabilitação e intervenções na paisagem;
- Medidas de prevenção para introdução de espécies exóticas invasoras e geneticamente modificadas;
- Medidas de minimização de impactes e perturbações dos locais;
- Existência de planos para remoção e restauro paisagístico.

D.3.4 Conservação da biodiversidade

- Contribuições activas positivas para a conservação de áreas naturais e respectiva biodiversidade;
- Divulgação e incentivo de participação nas acções de conservação.

D.3.5 Interações com a vida selvagem.

- Políticas e medidas relativas a interações com a vida selvagem;
- Minimização das perturbações dos ecossistemas naturais, contribuições compensatórias para a gestão da conservação;
- Elaboração e aplicação de código de conduta relativo aos contactos com a vida selvagem;
- Alimentação artificial de animais selvagens;
- Formação adequada dos funcionários para lidar com vida selvagem;
- Aplicação de medidas de prevenção de introdução de espécies exóticas e pragas.

4.3.2. Indicadores e critérios de ecoturismo

Aos indicadores e critérios do sistema de certificação do turismo sustentável seleccionados, adiciona-se uma quinta categoria específica para o ecoturismo, descrevendo-se em seguida o que cada critério avalia ou as dimensões da avaliação.

Critérios E: Ecoturismo

E.1 Ligação com a natureza

- Centrado em experiências pessoais na natureza;
- Quantificação do tempo despendido nas actividades com ligação à natureza;
- Escolha de alojamentos adequados, como por exemplo, perto de áreas naturais ou certificadas.

E.2 Educação e interpretação

- Disponibilização de actividades de interpretação e educação ambiental;
- Sensibilização relativa a espécies ameaçadas e medidas de protecção;
- Informação e interpretação sobre: ambiente natural, biodiversidade, natureza;
- Informação e interpretação sobre; Património cultural e cultura local;

- Comportamento adequado para visitas e nos variados locais;
- Promoção de responsabilidade ambiental e consciência ecológica;
- Promover a sustentabilidade do destino e fomentar as escolhas de actividade e atitudes sustentáveis, como participar e ajudar em acções de reciclagem ou no plano da empresa;
- Fornecer materiais com informação sobre áreas protegidas, locais históricos, valores naturais e culturais;
- Utilização de sinais e tabelas de orientação e incentivo nas atitudes dos turistas, por exemplo, na separação de lixo ou poupança de água;
- Formação adequada dos guias e restantes funcionários em interpretação;
- Disponibilização de actividades e informação em diversas línguas;
- Credibilidade e rigor da informação;
- Envolvimento das comunidades na criação dos materiais de interpretação e educação;
- Disponibilização de informação antes de chegar e no local.

E.3 Cooperação com organismos locais

- Cooperação com organizações ambientais e ONG's;
- Apoio a acções de ONG's e associações locais, por exemplo, em trabalhos de conservação e educação.

E.4 Transportes

- Promoção de transportes sustentáveis e com baixos impactes (transportes públicos);
- Adequação dos combustíveis;
- Escolha adequada dos veículos.

E.5 Envolvimento dos turistas

- Participação activa nas actividades;
- Contribuição para a conservação, envolvimento em projectos;
- Contribuição para a comunidade local, por exemplo, através da aquisição de produtos tradicionais ou produzidos localmente.

E.6 Gestão dos grupos

- Gestão da dimensão dos grupos;
- Favorecimento de actividades individuais ou em pequenos grupos.

E.7 Princípios do Ecoturismo

- Divulgação dos princípios do ecoturismo e sua aplicação em acções de interpretação e educação;
- Divulgação dos princípios do ecoturismo e sua aplicação ao *marketink* e aos funcionários;
- Disponibilização de informações sobre a etiqueta ecológica.

E.8 Critérios específicos para as actividades promovidas e praticadas pelos turistas.

5. ZMAR COMO CASO DE ESTUDO

Prendendo-se este trabalho com a caracterização do ecoturismo, princípios, práticas e impactes, julgou-se interessante confrontar esta caracterização com o desempenho de um empreendimento em Portugal. A escolha do Zmar como caso de estudo, surgiu do facto de intitular-se como ecoturismo “Eco Camping Resort”, pretendendo-se através do estudo das suas práticas e pelo que caracteriza o ecoturismo, perceber se esta denominação é correcta ou não passa de uma estratégia, com o objectivo de tirar proveitos através da utilização do termo.

5.1. Breve caracterização do Zmar

O Zmar Eco Campo Resort Spa está localizado no Litoral Alentejano, na Herdade A-de-Mateus, S. Salvador, no Concelho de Odemira, junto ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e a treze Km da Zambujeira do Mar, tem uma área vedada de oitenta e um hectares, com uma capacidade máxima de alojamento de três mil pessoas e classificação de cinco estrelas. Destina-se à prática de Campismo, Caravanismo e Auto-Caravanismo, bem como todas as actividades interligadas com as referidas práticas, estando dividido em alvéolos devidamente identificados e equipados para o efeito (Zmar, 2012).

O Zmar Eco Campo Resort & Spa tem um parque aquático com uma piscina ao ar livre com cem metros de comprimento, uma piscina coberta com ondas e uma para crianças, um SPA também com piscina, ginásio, balneários, hidromassagem, banhos turcos, sala de massagem rápida, centro médico, e centro de lazer. Tem também uma zona desportiva com um campo polidesportivo, onde se pode praticar vários desportos (Zmar, 2012).

As crianças têm um parque infantil de cinco hectares com vários brinquedos construídos em madeira e integrados na paisagem, existindo nesta zona a Casa *Kidz* onde decorrem várias actividades podendo os pais deixar os seus filhos ao cuidado de supervisores (Zmar, 2012).

As infraestruturas de alojamento são constituídas por uma zona de *Chalets*, Zmóvel, Zvillas e uma zona de alvéolos para campismo. Relativamente aos *Chalets* e às Zvillas

são construídos em madeira. Fazem parte deste empreendimento um supermercado e um restaurante (Zmar, 2012).

A madeira foi o material eleito porque permite conforto térmico, isolamento acústico, poupança energética, baixo teor de humidade, uma maior capacidade anti-sísmica, maior durabilidade, fácil manutenção, reduz o custo de conservação e reciclagem da matéria-prima, sendo a sua proveniência de florestas certificadas, onde a taxa de crescimento supera a dos cortes efectuados (Quercus, 2012).

Para além da madeira utilizada na construção é utilizado plástico reciclado em tudo o que seja mobiliário exterior e sinalética, com o intuito de minimizar os resíduos derivados do uso e abuso do plástico; os edifícios estão construídos sobre estacas para minimizar a impermeabilização do solo e são orientadas tendo em consideração a luz solar, as sombras e a procura de minimização da utilização do ar condicionado; foram aproveitadas as fontes de energia renovável (sol e vento), com instalação de painéis solares fotovoltaicos, e a energia térmica é utilizada no aquecimento da água de todas as instalações. A área edificada ocupa 1,2% da área total do Zmar (Quercus, 2012).

Existe também uma central de transferência para o tratamento dos resíduos, começando pela separação de resíduos orgânicos e de resíduos não orgânicos.

A água é tratada por uma ETAR e depois usada para rega (Quercus, 2012).

O Zmar tem ainda um centro de interpretação ambiental, que mostra e explica a flora, a fauna, o clima e os principais vestígios ancestrais da região.

O Zmar já foi premiado oito vezes a nível nacional e internacional, tendo recebido vários prémios (ver anexo 1).

O desenvolvimento de uma política ambiental na gestão do Zmar procura assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e energia, dando origem à certificação pela TUV Rheinland como ECO- Hotel (Quercus, 2012).

Fazem parte da política ambiental processos como a gestão dos consumos de água, recurso natural indispensável gerida de forma responsável com recurso a equipamentos

que permitem a redução do consumo e reutilização das águas das piscinas e águas residuais tratadas para rega, a gestão dos consumos de energia, recorrendo a painéis solares para iluminação dos caminhos e aquecimento das águas sanitárias, bem como a utilização de equipamentos de baixo consumo energético, a gestão de Resíduos, através da redução do número de produtos embalados, reutilização ao máximo da mesma embalagem e a aposta na reciclagem, a plantação de aproximadamente cinco mil exemplares de flora autóctone, tais como oliveiras, sobreiros, carvalhos medronheiros, entre outros e a construção dos edifícios em madeira proveniente de florestas sustentáveis (Quercus, 2012).

Segundo a publicação de 30 de Agosto de 2008 do Jornal Expresso, o empreendimento envolveu um investimento da ordem dos trinta milhões de euros e foi eleito pelo Governo como projecto de interesse nacional (PIN).

Como locais de interesse na sua proximidade destacam-se Santiago do Cacém, uma vila que possui um castelo de origem árabe, reconstruído pelos Templários em 1157 e que das suas muralhas, avista-se a Serra de Grândola, a Igreja matriz, do séc. XII. Num monte perto de Santiago do Cacém, em Miróbriga, foram encontrados importantes vestígios de um antigo centro romano e as escavações já puseram a descoberto um fórum, dois templos, termas e um coliseu. Torrão, que fica situado numa das extremidades da barragem de vale de gaio, é uma pequena vila onde as casas brancas com enormes chaminés delimitam as ruas. A igreja matriz ostenta um bonito pórtico manuelino e no interior mantém azulejos hispano-árabes numa das capelas laterais (Turismo Alentejo Litoral, 2012).

No que respeita a património natural, o parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, consiste numa extensa faixa costeira que se estende desde a ribeira de Morgavel, a norte de Porto Covo até ao Burgau, para além de uma zona submarina de 2 km a partir da costa, incluindo ainda o vale do rio Mira.

A nível faunístico e florístico dispõem de uma grande riqueza e variedade patrimonial como o sobreiro, o medronheiro, o carvalho, o cerquinho, os freixos, o loureiro, o salgueiro, o choupo, a esteva e o zimbros. No que respeita a ornitologia encontram-se

cegonhas brancas que nidificam nas arribas, o corvo-marinho de crista, o falcão peregrino e o peneireiro de dorso malhado (Turismo Alentejo Litoral, 2012).

A beleza das praias é também um importante factor de atracção (Turismo Alentejo Litoral, 2012).

Pode ainda encontrar-se em termos de património cultural, nas suas proximidades, o Farol do Cabo Sardão, Forte de São Clemente, Fragmentos de Muralhas do antigo Castelo de Odemira, Igreja paroquial de Santa Maria, a Necrópole do Pardieiro ou o Moinho de Vento de Santa Maria (Turismo Alentejo Litoral, 2012).

5.2. As práticas do Zmar

A confrontação dos critérios seleccionados com as práticas do Zmar, resultou na tabela que se encontra no anexo 2 deste trabalho, onde em cada critério se identifica as práticas exercidas pelo Zmar.

A informação que consta no anexo 2, resulta da informação obtida na internet, disponível em fontes como o *site* do Zmar, da Quercus, assim como algumas notícias publicadas na imprensa.

Como complemento à informação obtida, fez-se uma visita durante um dia ao Zmar, a qual contou, com a colaboração do Eng.º Ambiental responsável pelas práticas exercidas, que acompanha o empreendimento desde a fase de construção. Disponibilizou-se para ser acompanhado num dia de trabalho, mostrou todas as instalações, explicou o seu funcionamento, as práticas correntes, e prontificou-se a responder a qualquer dúvida ou questão que lhe fosse colocada.

A confirmação da informação anteriormente recolhida e as questões colocadas, foram feitas ao longo do dia de visita, tendo-se como guião da informação a recolher, a descrição de cada critério da proposta de certificação elaborada. Obteve-se dessa forma as respostas que permitiram a confrontação com cada um dos critérios seleccionados, de modo a poder analisar o desempenho das suas práticas. No final do dia reviu-se a informação recolhida, com o objectivo de verificar se existia informação que ainda pudesse ser adicionada ou se algum dos critérios ficara por confrontar.

A concretização da visita ao Zmar foi uma mais-valia na realização deste trabalho, permitindo a confirmação de muita da informação recolhida, assim como obter informação que não se encontrava disponível. Possibilitou uma análise mais detalhada das práticas exercidas, proporcionando uma melhor resposta ao objectivo principal deste trabalho.

6. PROPOSTA DE CERTIFICAÇÃO DO ZMAR

A seguir são apresentados os resultados da aplicação dos critérios da proposta de certificação seleccionados, às práticas do Zmar.

A análise pressupõe que a informação recolhida pelo autor é verdadeira, não tendo sido feita qualquer verificação documental ou técnica, execptuando a informação que foi possível comprovar aquando da visita ao Zmar.

Relativamente aos indicadores estruturais verificou-se que o Zmar possui um plano de gestão ambiental que é divulgado interna e externamente, apresenta um plano de redução de consumos a implementar, monitorizado ao longo do ano em parceria com a Quercus. O plano visa a melhoria contínua, nomeadamente através da promoção à eficiência dos recursos, das energias renováveis e do investimento em capital natural, preservando com a Quercus espécies e *habitats* ameaçados na costa sudoeste.

No que respeita a segurança, possui um plano de emergência com equipas treinadas, socorristas, uma viatura de combate a incêndios e uma lista de contactos em caso de emergência.

Respeitam toda a legislação e regulamentos que são exigidos ao seu funcionamento.

Todos os colaboradores recebem formação e são feitas acções de sensibilização com o objectivo de todos contribuírem diariamente com as suas acções.

É feita uma avaliação à satisfação dos clientes, através de um questionário entregue no final da estadia com um RSF, para saber a opinião dos clientes e aceitar sugestões de melhoria, no entanto, consideram que o melhor *feedback* é medido pelo retorno dos clientes e pela recomendação aos amigos e familiares.

O *marketing* passa por divulgar os prémios obtidos, as certificações, as parcerias, as publicações na imprensa, assim como publicitando as suas práticas no seu *site* da internet.

No que respeita a *design*, localização e construção, os edifícios são construídos com madeira proveniente de florestas certificadas de modo a causar o menor impacto visual possível na paisagem. A construção dos edifícios é feita sobre estacas para minimizar a impermeabilização do solo e orientados tendo em consideração a luz solar. A área edificada ocupa apenas 1,2% da área total do Zmar.

Todo o empreendimento foi construído e pensado para que as pessoas com mobilidade reduzida possam usufruir de todas as infra-estruturas, eliminando qualquer barreira arquitectónica que pudesse existir.

Em relação à interpretação, desenvolveram um programa pedagógico dirigido principalmente às escolas. Ao longo do ano recebem muitas visitas de estudo, onde se faz uma abordagem ecológica do Zmar, visitam-se as áreas técnicas tratamento das águas e resíduos. Além disso, possui um centro de interpretação ambiental que mostra e explica a flora, a fauna, o clima e os principais vestígios ancestrais da região.

Deste modo, tendo em conta os requisitos dos critérios estruturais com as práticas do Zmar, considera-se que este indicador é cumprido pelo Zmar.

Relativamente aos indicadores socioeconómicos verificou-se que o Zmar proporciona visitas de estudo com descontos especiais para escolas locais, criação de emprego e dinamiza a economia local, atraindo população do exterior, nacional e estrangeira.

Os funcionários do Zmar, na sua totalidade, residem na proximidade e praticamente todos são naturais da região.

No que respeita a aquisição de produtos, privilegiam sempre que possível os produtos locais, assim como a contratação de serviços prestados por empresas da região, com a intenção de apoiar os pequenos empresários locais.

No que respeita à interacção dos visitantes com os habitantes locais no regulamento interno é referenciado que os utentes devem ser afáveis com os habitantes locais.

Em relação a exploração dos direitos humanos, todo o trabalho extraordinário que possa ser necessário realizar para além das oito horas de trabalho diário, ou trabalho realizado

em dias de descanso, fica ao critério do colaborador aceitar, sendo-lhe pago o valor correspondente. Qualquer colaborador pode e deve manifestar a sua opinião em situações que se sinta injustiçado de forma a poderem solucionar e melhorarem, o diálogo faz parte das práticas entre a entidade patronal e os colaboradores, com o objectivo da melhoria.

Aos trabalhadores são oferecidas as condições necessárias para a realizar o trabalho em segurança, nomeadamente equipamento de protecção necessário ao exercício de algumas funções, como por exemplo na manutenção das instalações, todos têm o exigido pela legislação portuguesa, assim como todos os serviços básicos estão assegurados.

Foi no entanto referido que diferenciam tarefas para homens de tarefas para mulheres. A contratação equitativa não é tida em conta, as pessoas são contratadas consoante as necessidades do empreendimento e o tipo de trabalho a realizar.

Normalmente são cerca de 70 colaboradores, nos meses de Julho e Agosto chegam a atingir aproximadamente 150.

Tendo em conta os requisitos dos critérios socioeconómicos com as práticas do Zmar, considera-se que este indicador é cumprido pelo Zmar, excetuando-se, a contratação equitativa que não é tido em conta, considerando que não existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres.

Relativamente aos **indicadores de património cultural**, o único ponto onde este indicador é abordado é na informação dos locais com interesse histórico e cultural nas proximidades do empreendimento, que se encontra no seu *site* da *internet*. Os restantes critérios ou não se adequam ou não fazem parte das práticas do Zmar. Considera-se que relativamente a este indicador as práticas do Zmar não apostam nesta vertente, e que poderiam intervir patrocinando a manutenção ou até mesmo o restauro de locais com interesse histórico e cultural.

Relativamente aos **indicadores ambientais** e no que respeita à política de aquisições é referido a preferência por produtos regionais ou nacionais de forma a reduzir as

emissões de CO₂ com o transporte, no seu plano ambiental faz parte a gestão de resíduos, que contempla a redução de bens de consumo embalados e a reutilização ao máximo da mesma embalagem, apostando em dar um novo ciclo de vida, aos resíduos que iam para aterro. O mobiliário exterior é de plástico reciclado, mesas, cadeiras, espreguiçadeiras, placas sinaléticas, etc.

O material que sobrou da sua construção está guardado, com o objectivo de ser reaproveitado, quer para reparações, quer para outros fins que possam ser usados, como a construção de bancadas de trabalho nas áreas técnicas. Em 2011 foram enviados para reciclagem 6300 Kg de plástico/metal, 6360 Kg de papel/cartão, 12920 Kg de vidro e 500 litros de óleo vegetal usado para produção de biodiesel.

No que respeita ao consumo de energia, recorrem a painéis solares para iluminação dos caminhos públicos e aquecimento das águas sanitárias, bem como a utilização de equipamentos de baixo consumo, em relação ao consumo de água instalaram equipamento que permite a redução de consumos, nomeadamente torneiras e autoclismos. Possuem uma ETAR que permite o tratamento das águas residuais e o reaproveitamento na rega.

Os veículos utilizados pelos colaboradores, nas deslocações dentro do empreendimento, são movidos a energia eléctrica. Aos visitantes são disponibilizadas bicicletas para as deslocações, com o objectivo de reduzir as emissões de CO₂.

Em relação às substâncias nocivas tentam minimizar o impacte da sua actividade, utilizando produtos de limpeza biodegradáveis, com o mínimo de componentes químicos possíveis, assim como os sabonetes fornecidos são de origem vegetal pelo mesmo motivo. Não é permitido o uso de pesticidas e herbicidas no Zmar.

Demonstram preocupação em relação a outros tipos de poluentes. É referido que os clientes devem evitar barulhos e atitudes que perturbem a paz local, tendo estabelecido um período de silêncio entre as 00h00 e as 07h00. Uma medida interessante, respeitante a poluição visual, é a forma como disfarçam os oitenta ecopontos distribuídos pelo empreendimento, que são colocados no meio de uma pequena vedação feita em madeira, a qual está envolvida com madressilva, que além de ocultar também odoriza.

É referido em relação aos cuidados a ter com as espécies selvagens, que devem os utentes guardar distância da fauna local, de forma a não perturbar os habitats, não danificar ou agredir a flora do Zmar, não introduzir ou permitir a entrada de espécies de fauna e flora exóticas, assim como não é permitido a alimentação dos animais. Referente a espécies em cativeiro, têm uma parceria com a Associação Quercus que engloba a conservação e reprodução em cativeiro do escalo do rio Mira e da boga do sudoeste para futuros repovoamentos.

Na intervenção da paisagem introduziram aproximadamente cinco mil exemplares de flora autóctone, tais como, oliveiras, sobreiros, carvalhos e medronheiros entre outras espécies.

Da interacção com a vida selvagem realizou em 2009 uma campanha de inventariação de micro mamíferos, em que o alvo foram os roedores de uma zona do empreendimento, o bosque de sobreiro, com o objectivo de conhecer as espécies que lá vivem.

É notório da análise aos indicadores ambientais, um esforço para tentar minimizar o impacte da actividade, contudo não pode deixar de ser referido o facto de existirem três piscinas no empreendimento, uma das quais com cem metros de comprimento, que implica um elevado consumo de água, assim como foi verificado que o tratamento utilizado nestes equipamentos é feito á base de cloro, existindo formas de tratamento mais eficientes no que respeita à protecção do ambiente.

Outro aspecto a referir é a utilização de ar condicionado nas habitações e restantes infraestruturas, que visam o conforto dos clientes, contudo obrigam a um elevado consumo de energia.

Refere-se ainda o enorme parque de estacionamento existente dentro do empreendimento, com a capacidade para receber as viaturas do seu elevado número de clientes, sendo a viatura particular o meio de transporte de acesso mais utilizado no acesso ao empreendimento.

Por fim, relativamente aos **indicadores de ecoturismo**, verificou-se que o tipo de alojamento é adequado, minimizando os impactos inerentes à sua construção e manutenção.

Desenvolveram um programa pedagógico dirigido principalmente às escolas. Ao longo do ano recebem inúmeras visitas de estudo, onde se faz uma abordagem ecológica do Zmar, visitam-se as áreas técnicas, tratamento das águas e resíduos. Possuem um centro de interpretação ambiental que mostra e explica a flora, a fauna, o clima e os principais vestígios ancestrais da região.

Têm uma parceria com a Associação Quercus que engloba a conservação e reprodução em cativeiro do escalo do rio Mira e da boga do sudoeste para futuros repovoamentos, a conservação e valorização das lagoas temporárias, a criação de micro reservas para a conservação da flora endémica da Costa Sudoeste, a recuperação de áreas dunares ameaçadas, a monitorização de peixes migradores no rio Mira e a conservação dos respectivos locais de desova.

A circulação de automóveis é limitada dentro do Zmar. Utilizam viaturas eléctricas com painéis solares incorporados para reduzir as emissões de CO₂. Os clientes têm à sua disposição bicicletas para as deslocações. Todas as estradas, vias de circulação, estacionamento e parques de caravanas e auto-caravanas são construídos sem impermeabilização do solo.

Em termos de envolvimento dos turistas, estes colaboram através de acções, como a separação dos resíduos, entrega de óleo, pilhas e equipamentos eléctricos e electrónicos em fim de vida.

No que respeita a gestão de grupos, é feita consoante o número de participações, sendo que a partir de vinte cinco participantes aumenta o número de monitores que coordena a actividade.

O Zmar dá conhecimento dos princípios do ecoturismo aos seus clientes no seu *site* da internet.

Como critérios específicos para as actividades promovidas e praticadas pelos turistas, são dadas indicações para seguir somente pelos trilhos sinalizados dentro do Zmar, não abandonar lixo, levando-o até um local onde haja serviço de recolha, guardar distância da fauna local, de forma a não perturbar os habitats, evitar barulho e atitudes que perturbem a paz do local.

Do resultado da análise aos critérios de ecoturismo, verifica-se que em alguns pontos as práticas não correspondem ao estabelecido pelos critérios, ou são abordadas de forma muito superficial em alguns casos, como em relação ao envolvimento dos turistas ou na gestão dos grupos.

O critério da gestão de grupos considera pequenos grupos ou que o seu número seja o mais reduzido possível, com o objectivo de o impacte pela presença humana seja também o menor possível, contudo, este é um empreendimento com a capacidade para três mil pessoas, tornando este objectivo difícil de alcançar.

Outro aspecto a salientar é o facto das actividades nas quais os turistas, de forma generalizada, mais despendem do seu tempo, ser na praia ou nas piscinas do empreendimento, as quais não combinam com a prática do ecoturismo, em que as actividades são centradas na educação e interpretação da natureza, assemelhando-se esta preferência, a um turismo convencional de sol e mar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo, se vendido e praticado seguindo os princípios básicos de educação ambiental, da conservação da natureza, valorização das manifestações culturais e envolvimento das comunidades locais, os impactes negativos gerados por esta actividade, serão mínimos ou até mesmo eliminados e os impactes positivos serão potencializados.

Contudo, muitos dos impactes negativos identificados ao ecoturismo coincidem com os impactes negativos identificados ao turismo tradicional. Colocando-se duas questões que provavelmente poderão ser a resposta a esta coincidência, que em princípio não faria sentido existir. Ou, em muitos casos o ecoturismo vendido e praticado, não é de facto ecoturismo, mas sim uma estratégia montada, com um objectivo económico, que para ser alcançado utiliza o termo ecoturismo como atracção. Ou, o próprio sucesso da actividade, pode ter atraído um cada vez maior número de turistas, tornando-se este semelhante a um turismo de massas, com os impactes negativos que lhe estão associados.

De acordo com a pesquisa efectuada e com a informação recolhida, verificou-se que o o Zmar tem consciência dos impactes negativos da sua actividade e tenta minimizá-los através da implementação de um conjunto de práticas referidas na análise de resultados, em que tenta cumprir esse objectivo, considerando-se por isso, um bom exemplo a ser seguido.

Contudo, estas práticas não parecem surgir completamente inocentes, mas sim como uma estratégia de marketing montada, com o objectivo de diferenciar-se positivamente no mercado em que compete e está inserido, considerando-se que a sua intenção é conseguir seduzir um alargado número de clientes. Os que procuram o sol e mar e aproveitam na sua localização a proximidade do mar, assim como, um crescente número de pessoas sensíveis aos problemas sociais e ambientais.

O Zmar é um empreendimento com um investimento inicial de trinta milhões de Euros, os quais requerem retorno, a preservação do ambiente é importante, contudo, o conforto dos clientes é tido em conta, motivo pelo qual algumas das suas práticas possam não ser

as mais desejadas em termos ambientais. Destaca-se as três piscinas do empreendimento e as suas dimensões, sendo consideradas uma das atracções nas quais os clientes despendem de mais tempo, em que o consumo de água é muito elevado.

A uma capacidade de ocupação para três mil pessoas, estão implícitos impactes negativos, quer ao nível do consumo de recursos, quer ao nível da produção de resíduos, assim como a interferência que pode causar na fauna na flora e nas rotinas da população local. Ora, o ecoturismo privilegia grupos de pequena dimensão, situação que não ocorre neste empreendimento. Outro aspecto a salientar é o facto da área edificada concentrar-se em apenas 1,2% dos oitenta e um hectares de área ocupada, estando densificada a zona de construção, potenciando alguns impactes negativos que poderiam ser minimizados caso a construção fosse dispersa.

Para os ecoturistas, as actividades centradas na educação e interpretação da natureza tem especial importância, sendo considerado um dos seus motivos de interesse o qual diferencia de outros tipos de turismo. Da informação obtida, percebe-se que os turistas que frequentam o Zmar, ocupam a maioria do seu tempo no exterior, nas praias da proximidade do empreendimento, ou nas piscinas no seu interior, assemelhando-se ao turismo de sol e mar, explicando um pouco a sazonalidade do empreendimento, espelhada na diferença do número de empregados nos meses de Verão comparando com o resto do ano.

Como resposta ao objectivo principal deste trabalho, considera-se que o Zmar tendo em conta as suas práticas pode ser um exemplo a seguir pelo facto de tentar minimizar os impactes da sua actividade, contudo face ao exposto e aos resultados da análise, o Zmar não deve ser considerado ecoturismo e a utilização do termo “Eco” não é correcta.

BIBLIOGRAFIA

Assis, L. (2002). Turismo Sustentável e Globalização: Impasses e Perspectivas.

Disponível on-line em: http://artigocientifico.com.br/uploads/artc_1158182459_43.pdf.

Último acesso em 26-12-2011.

Buckley, R. (2004). Environmental impacts of ecotourism. London: CABI publishing.

Disponível on-line em:

http://books.google.pt/books?id=wueZG01A9YoC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Último acesso em 10-11-2011.

Buckley, R. (2009). Ecotourism – Principles & Practices. London: CABI publishing.

Disponível on-line em:

http://books.google.pt/books?id=KZPZ3WfPb5AC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Último acesso em 10-11-2011.

Bursztyn, I., Irving, M., Melo, G. e Sancho, A. (2005). Revisitando significados em sustentabilidade no planeamento turístico. Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, núm. 4, 2005, pp .1-7. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

Disponível on-line em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115416146001.pdf>.

Último acesso em 02-03-2012.

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D.e Wanhill, S. (1993). Turismo Princípios e Práticas. (3ª ed.). São Paulo: Bookman. Disponível on-line em:

http://books.google.pt/books?id=CWK7W3NykwAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Último acesso em 19-12-2011.

Daniel, A. (2010). “Caracterização do Sector Turístico em Portugal”. Revista de estudos politécnicos 2010, Vol. VIII, nº 14, pp. 255-276. Disponível on-line em:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n14/n14a16.pdf>.

Último acesso em 05-12-2011.

Eco-Destinet (2009). European Ecotourism Labeling Standard – EETLS. In Eco-Destinet Network. A Network Developing a European Quality Label for Ecotourism Destinations. European Commission, Lifelong Learning Programme, Leonardo da Vinci. Athens. Disponível on-line em:

http://www.ecoroute.eu/themedia/File/EETLS_Blueprint_Draft_Final.pdf. Último acesso em 04-03-2012.

Eco-Trans. (2011). Tourism eco-labelling in europe – moving de market towards sustainability. Disponível on-line em:

http://www.ecotrans.org/visit/docs/pdf/visit_en.pdf. Último acesso em 01-12-2011.

EMBRATUR/IBAMA (1994). Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Disponível on-line em:

http://www.femesp.org/docs/seminario2009_diretrizes_politica_ecoturismo.pdf. Último acesso 30-11-2011.

Endres, A. (1998). Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a Caminho do Desenvolvimento. Revista Turismo em Análise, vol.9 n.1. Disponível on-line em:

http://www.google.pt/search?q=sustentabilidade+e+ecoturismo%3A+conflitos+e+solu%C3%A7%C3%B5es+a+caminho+do+desenvolvimento&btnG=Pesquisar&hl=pt-PT&gbv=2&prmd=ivnsb&ei=-1fvTo7oJlrA8QOsvemPCg&sa=N&oq=sustentabilidade+e+ecoturismo%3A+conflitos+e+solu%C3%A7%C3%B5es+a+caminho+do+desenvolvimento&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=s&gs_upl=29437158484101609181115180101010181390110097113.31.18.116310

Último acesso em 14-12-2011.

Fennell, D. (1999). Ecotourism: An Introduction (1ª edição). London: Routledge.

Disponível on-line em:

http://books.google.pt/books?id=VfFLmIaTzrMC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Último acesso em 15-11-2011.

Fennell, D.(2008). Ecotourism. (3ª edição). London: Routledge. Disponível on-line em:

<http://books.google.pt/books?id=txVyFbPrp4IC&printsec=frontcover&hl=pt->

[PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](#). Último acesso em 15-11-2011.

Font, X. (2002). Environmental Certification in Tourism and Hospitality: progress, process and prospects. Elsevier Science, pp. 197-205. Disponível on-line em: <http://xavierfont.files.wordpress.com/2010/04/progress-process-and-prospects-final.pdf>. Último acesso em 04-03-2012.

Font, X., & Tribe, J. (2001). Promoting Green Tourism: The Future of Environmental Awards. International Journal of Tourism Research. 3, pp. 9-21. Disponível on-line em: <http://xavierfont.files.wordpress.com/2010/04/font-tribe-promoting-green-tourism.pdf>. Último acesso em: 0403-2012.

GSTC -Global Sustainable tourism Criteria,(2009) Disponível on-line em: <http://new.gstcouncil.org/resource-center/gstc-criteria>. Último acesso em 14-11-2011.

GSTC -Global Sustainable tourism Critéria, (V1), Indicators, (2009). Disponível on-line em: <http://new.gstcouncil.org/uploads/GSTC%20v1%20Criteria%20Indicators%20.pdf>. Último acesso em 01-12-2011.

ICNB.(2005) Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Educação para desenvolvimento sustentável. Disponível on-line em: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Educa%C3%A7%C3%A3o+Ambienta/>. Último acesso em 03-02-2012.

ICNB. (2010) Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Programa Nacional de Turismo de Natureza. Disponível on-line em: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/>. Último acesso 03-02-2012.

INE (2011). Disponível on-line em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados. Último acesso em 06-12-2011.

M.A. (2000). Mohonk Agreement: A Framework and Principles for the Certification of Ecotourism and Sustainable Tourism. Mohonk Agreement: Proposal for an Internacional Certification Program for Sustainable Tourism and Ecotourism (pp. 97-100). Institute for Policy Studies and Ford Foundation. NY, USA. Mohonk Mountain House. Disponível on-line em: <http://www.rainforest-alliance.org/tourism/documents/mohonk.pdf>. Último acesso 23-11-2011.

Higham, J. (2007). Critical Issues in Ecotourism: Understanding a complex tourism phenomenon. Elsevier Ltd. Disponível on line em: http://www.ebook3000.com/Critical-Issues-in-Ecotourism--understanding-a-complex-tourism-phenomenon_24581.html. Último acesso em 03-03-2012.

Honey, M. (1999). Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise? Island Press. Washington, DC. Disponível on line em: <http://books.google.pt/books?id=pqvMF7DkuN8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>. Último acesso em 22-12-2011.

Parques Visão XXI (2004), Programa de visitação e comunicação na rede nacional de áreas protegidas. 2 - Estudo de mercado, pp 2.1- 2.66. Disponível on-line em: http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/0D4F4FD6-6CFF-4FEA-9AE1-7472D68F22D6/0/cap2_1_fase.pdf. Último acesso em 15-10-2011.

Partidário, M. e Lima, S. (2002). Novos Turistas e a procura da sustentabilidade –Um novo segmento de mercado turístico, GEPE, Portugal. Disponível on-line em: <http://www.netcentro.pt/upl/%7B21CD7A75-3CBA-4875-BE86-9A8C5CAEC50C%7D.pdf>. Último acesso em 16-12-2011.

PENT. (2006). Plano Estratégico Nacional do Turismo. Portugal: Ministério da Economia e da Inovação, Turismo de Portugal. Lisboa, Portugal. Disponível on-line em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/Pla>

[no%20Estrat%C3%A9gico%20Nacional%20Turismo.pdf](#). Último acesso em 20-11-2011.

Pires, P. (2002). Dimensões do Ecoturismo. A Dimensão Conceitual do Ecoturismo. São Paulo: Editora SENAC. Disponível on-line em:

<http://books.google.pt/books?id=ZkU6EiXujeIC&pg=PA125&lpg=PA125&dq=a+dimens%C3%A3o+conceitual+do+ecoturismo&source=bl&ots=QiiPbpL7ux&sig=Ksy4hehmW3V8JIMZf-wrIW4To-E&hl=pt-PT#v=onepage&q=a%20dimens%C3%A3o%20conceitual%20do%20ecoturismo&f=false>. Último acesso em 18-12-2011.

Quebec Declaration on Ecotourism. (2002). World Ecotourism Summit. UNEP and WTO, Québec City, Canada, 19-22 May 2002. Disponível on-line em:

<http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/Final-Report-WES-Eng.pdf>. Último acesso em 19-11-2011.

Quercus (2012). O Primeiro Eco Campo Resort & Spa. Disponível em:

http://www.quercus.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/articleFile413.pdf. Último acesso em: 06-03-21012.

Relatório de Brundtand (1987). O nosso futuro comum. Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Disponível em:

http://api.ning.com/files/n0ZLLK3clS7BkLdgXKJil2yF3TPf6pPJc3CDfMWMJsPTwOm*3wlGitBphZl851f7vbTdoy8HVS3b5p9ALJMvs1RAN0*CZgM/BrundtlandNossoFuturoComum.pdf. Último acesso em 19-12-2011.

Soares, M. (data desconhecida). Impactos do Turismo: Os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação. Disponível on-line em:

<http://www2.ifes.com.br/webifes/revista/REVISTA%20DE%20TURISMO/EDI%C3%87%C3%83O/ARTIGOS%20%C2%AA%20EDI%C3%87%C3%83O/IMPACTOS%20DO%20TURISMO%20-%20OS%20EFEITOS%20DO%20ECOTURISMO%20EM%20UNIDADES%20DE%20CONSERVA%C3%87%C3%83O.pdf>. Último acesso em 18-12-2011.

STCS. (2003). Raising the Standars and Benefits of sustainable Tourism and Ecotourism Certification. STSC Final Report. Rainforest Alliance. Disponível on-line em: <http://hdrnet.org/323/1/stsc-final-report.pdf>. Último acesso em 01-12-2012.

THR. (2006). 10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Turismo de Natureza. Turismo de Portugal. Lisboa. Disponível on-line em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/Turismo%20de%20Natureza.pdf>. Último acesso em 05-02-2012.

TIES. (2011). Disponível on-line em: http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4835303/k.BEB9/What_is_Ecotourism_The_International_Ecotourism_Society.htm. Último acesso em 20-10-2011.

Turismo Alentejo Litoral (2012). Oferta regional. Disponível em: <http://www.alentejolitoral.pt/PortalTurismo/OfertaRegional/Experiencias/Paginas/ListaExperiencias.aspx>. Último acesso em 06-03-21012.

Turismo de Portugal. I.P (2011). Conta Satélite do Turismo – Indicadores da Actividade Turística e Económica em Portugal 2010. Disponível on-line em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/contasat%C3%A9litedoturismo/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Conta%20Satelite%20Turismo%202000-2010%20base2006.pdf>. Último acesso em 22-11-2011.

UNEP, &WTO. (2005). Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers, Paris, France. Disponível on-line em: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>. Último acesso em 18-11-2011.

UNWTO. (2012). Disponível on-line em: <http://www2.unwto.org/en>. Último acesso em 15-07-2012.

Wood, M.E. (2002). Ecotourism: Principles, Practices & Policies for Sustainability. United Nations Environment Programme & The Internacional Ecotourism Society.

Disponível on-line em: <http://www.pnuma.org/industria/documentos/Ecotourism1.pdf>.

Último acesso em 31-12-2011.

Zmar-Eco Campo Resort Spa. (2011). Disponível on-line em:

<http://www.zmar.eu/2/resort-e-servicos.htm>. Último acesso em 14-11-2011.

ANEXOS

Anexo 1: Prémios atribuídos ao Zmar

- Turismo de Portugal – Menção Honrosa – Lisboa, Portugal 2009;
- Salão Imobiliário de Lisboa – Prémio Construção Sustentável – Lisboa, Portugal 2009;
- Turismo do Alentejo – Prémio Inovação – Lisboa, Portugal 2010;
- Alan Rogers – Unique Campsite Award – Utrecht, Holanda 2011;
- Publituris – Trade Awards, Prémio de Inovação – Lisboa, Portugal 2011;
- Turismo de Portugal – Prémio de Sustentabilidade Ambiental – Lisboa, Portugal 2011;
- Deutsche Camping Club – Alemanha 2011;
- ANJE – Prémio Green Biz – Porto, Portugal 2011.

Anexo 2: Confrontação dos critérios seleccionados com as práticas do Zmar

Indicadores	Crítérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais	A.1- Alvo	Empreendimento destinado à prática de campismo, caravanismo e auto caravanismo.	
	A.2 - Selo		Irrelevante para a análise que se pretende.
	A.3 - Níveis de Classificação		Irrelevante para a análise que se pretende.
	A.4 - Metodologia		Irrelevante para a análise que se pretende.
	A.5.1 - Independência dos órgãos avaliadores		Irrelevante para a análise que se pretende.
	A.5.2 - Tipo de auditorias realizado.		Irrelevante para a análise que se pretende.

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais	A.6.1 - Planeamento ambiental prévio	<p>Existe um plano de gestão ambiental afixado e divulgado internamente, a colaboradores, clientes e a todos que o possam visitar, assim como se encontra disponível no <i>site</i> do empreendimento.</p> <p>Quercus e o Zmar contratualizaram a aplicação do “Programa Pegada Ecológica”.</p> <p>A Quercus produz um relatório, apresentando os valores da pegada ecológica, (resíduos produzidos) baseados nos dados fornecidos pelo Zmar no ano anterior.</p> <p>O Zmar apresenta um plano de redução a implementar ao longo do ano, ajudado pela Quercus na sua definição.</p>	
	A.6.2 - Compromisso de gestão ambiental	O Zmar reconhecendo que pode afectar, de forma positiva ou negativa,	Reconhecem que a actividade tem impactes negativos, tentando minimizar

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais		<p>os bens comuns, assume voluntariamente o compromisso de redução do seu impacte ambiental e o dever de cuidar da atmosfera, da hidrosfera e da biodiversidade. Assinou, juntamente com a Quercus um protocolo de compromisso a implementar.</p> <p>Comprometendo-se com um plano de redução que visa a melhoria continua, nomeadamente através da promoção a eficiência dos recursos, das energias renováveis e do investimento em capital natural preservando com a Quercus espécies e <i>habitats</i> ameaçados na costa sudoeste.</p>	o possível.
	A.6.3 Mecanismos de avaliação	Monitorização do desempenho ambiental.	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais	A.6.4 - Segurança e planos de contingência para emergências ambientais e saúde	<p>Lista de contactos em caso de emergência.</p> <p>Plano de emergência com equipas treinadas.</p> <p>Socorristas.</p> <p>Possuem uma viatura de combate a incêndios.</p>	
	A.7 - Conformidade legal	Respeitam toda a legislação e regulamentos que são exigidos, ao seu funcionamento.	
	A.8 – Formação dos funcionários	<p>São feitas acções de sensibilização aos seus funcionários apoiadas pela Quercus em áreas como energia, recursos hídricos e resíduos.</p> <p>Todos os funcionários trabalham com o mesmo objectivo, recebendo formação, e sensibilização, de modo a poder dar o seu contributo, por mais</p>	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais		pequeno que seja.	
	A.9 – Satisfação do cliente	<p>A avaliação e feedback dos clientes são medidos com a taxa de retorno em novas estadias e pela recomendação que fazem aos amigos.</p> <p>È entregue no final da estadia um questionar com RSF, para saber a opinião dos clientes, e sugestões de melhoria.</p>	
	A.10 – Marketing rigoroso	O marketing passa por divulgar publicamente os prémios obtidos, as certificações, as parcerias, as publicações na imprensa, assim como publicitando as suas práticas.	
	A.11.1 – Design e localização	Possui a certificação de Eco-Hotel pela TUV Rheinland.	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais		<p>Construção dos edifícios com madeira proveniente de florestas certificadas de modo a causar o menor impacte visual possível, na paisagem. A construção dos edifícios é feita sobre estacas para minimizar a impermeabilização do solo e orientados tendo em consideração a luz solar.</p> <p>A área edificada ocupa apenas 1,2% da área total do Zmar.</p>	
	A.11.2 – Construção sustentável	<p>Obteve o prémio Construção sustentável em 2009, atribuído pelo salão imobiliário de Lisboa e possui a certificação de Eco-Hotel pela TUV Rheinland.</p>	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Estruturais	A.11.3 - Acesso a necessidades especiais	Foi construído e pensado para que as pessoas com mobilidade reduzida possam usufruir de todas as infra-estruturas, eliminando qualquer barreira arquitectónica que pudesse existir.	
	A.12 - Interpretação	<p>Desenvolveram um programa pedagógico dirigido principalmente às escolas. Ao longo do ano recebem muitas visitas de estudo, onde se faz uma abordagem ecológica do Zmar, visitam-se as áreas técnicas tratamento das águas e resíduos.</p> <p>Possui um centro de Interpretação ambiental que mostra e explica a flora, a fauna, o clima e os principais vestígios ancestrais da região.</p>	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Socioeconómicos	B.1 - Desenvolvimento da comunidade	Descontos especiais, para visitas de escolas locais. Criação de postos de trabalho. Dinamiza a economia local.	
	B.2 – Emprego local/locais de emprego	Praticamente todos os funcionários, residem e são naturais da proximidade do empreendimento.	Normalmente, são cerca de 70 colaboradores, nos meses de Julho e Agosto chegam a atingir aproximadamente 150.
	B.3- Comércio Justo	Privilegiam os produtos e serviços da região.	
	B.4 - Empreendedores locais	Apoiam pequenos empresários locais, com a compra dos seus produtos e serviços.	
	B.5 - Comunidades Indígenas	A única referência encontrada foi no regulamento interno, os utentes devem ser afáveis com os habitantes locais.	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Socioeconómicos	B.6 – Exploração: Direitos humanos	<p>Em relação a exploração dos direitos humanos, todo o trabalho extraordinário que possa ser necessário realizar para além das oito horas de trabalho diário, ou trabalho realizado em dias de descanso, fica ao critério do colaborador aceitar, sendo-lhe pago o valor correspondente.</p> <p>Qualquer colaborador pode e deve manifestar a sua opinião em situações que se sinta injustiçado de forma a poderem solucionar e melhorarem, o diálogo faz parte das práticas entre a entidade patronal e os colaboradores, com o objectivo da melhoria.</p> <p>Aos trabalhadores são oferecidas as condições necessárias para a realizar o</p>	Distinção entre homens e mulheres no que respeita a tarefas.

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Socioeconómicos		<p>trabalho em segurança, nomeadamente equipamento de protecção necessário ao exercício de algumas funções, como por exemplo na manutenção das instalações, todos têm o exigido pela legislação portuguesa, assim como todos os serviços básicos estão assegurados.</p> <p>Fazem distinção entre tarefas para homens de tarefas para mulheres.</p>	
	B.7 - Contratação equitativa	<p>Não é tido em conta se a contratação é equitativa.</p> <p>A contratação faz-se pelas necessidades de serviço, para limpezas, contratam senhoras, para serviços mais pesados que exijam força contratam homens.</p>	Partindo do princípio que não existe trabalho para homens, diferente de trabalho para mulheres, este ponto não é cumprido pelo Zmar.

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Socioeconómicos	B.8 – Protecção dos empregados: Protecção legal nacional e internacional	A proteção dos funcionários é o exigido pela legislação portuguesa.	
	B.9 – Serviços básicos: Garantia de serviços básicos	Os serviços básicos estão assegurados.	
Património Cultural	C.1- Código de conduta	Fornecer informação dos locais com interesse histórico, e cultural nas proximidades do empreendimento.	
	C.2 - Artefactos históricos		Não se aplica ao caso em estudo.
	C.3 - Protecção dos locais		Não se aplica ao caso em estudo.
	C.4 - Incorporação da cultura		As construções existentes no Zmar, são diferentes e com objetivos diferentes das construções tradicionais da região.

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Ambientais	D.1.1- Política de aquisição	<p>Fazem referência à preferência por produtos regionais ou nacionais de forma a reduzir as emissões de CO₂ com o transporte.</p> <p>O mobiliário exterior é de plástico reciclado, mesas, cadeiras, espreguiçadeiras, placas sinaléticas, etc.</p> <p>Todo o material que sobrou da obra, está guardado, e é reaproveitado quer para reparações, quer para outros fins que podem ser usados, como a construção de bancadas de trabalho nas áreas técnicas.</p>	
	D.1.2 - Bens de consumo	Do plano ambiental faz parte a gestão de resíduos que contempla a redução do número de produtos embalados e a reutilização ao máximo da mesma embalagem.	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
	D.1.3 - Consumo de energia	Recorrem a painéis solares para iluminação dos caminhos e aquecimento das águas sanitárias, bem como a utilização de equipamentos de baixo consumo.	Todas as habitações possuem ar condicionado, assim como outras infraestruturas de apoio, de forma a garantir o conforto dos clientes.
	D.1.4 - Consumo de água	Instalaram equipamento que permite a redução de consumos, nomeadamente torneiras e autoclismos.	A existência de três piscinas no empreendimento, implica um grande consumo deste recurso, mesmo que reutilizada.
Ambientais	D.2.1 - Gases com efeito estufa	São mencionados, preocupações e tomadas algumas mediadas no sentido de reduzir as emissões de CO ₂ , quer ao nível dos transporte utilizado no empreendimento, quer à preferência dada pela aquisição de produtos regionais ou nacionais de forma a reduzir as emissões de CO ₂ com o transporte. Aos visitantes, são disponibilizadas bicicletas para as deslocações	Existência de um parque de estacionamento de grandes dimensões, dentro do empreendimento, com a capacidade de resposta ao elevado número de clientes, sendo a viatura particular o principal meio de transporte utilizado no acesso ao Zmar.

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Ambientais	D.2.2 – Águas residuais	Possuem uma ETAR para tratamento das águas residuais, posteriormente utilizadas na rega.	
	D.2.3 - Plano de gestão de resíduos	Possuem um plano de gestão de resíduos que engloba a redução do número de produtos embalados; reutilização ao máximo da mesma embalagem; aposta em dar uma nova vida aos resíduos que iam para aterro. Em 2011 foram enviados para reciclagem 6300 Kg de plástico/metal; 6360Kg de papel/cartão; 12920 Kg de vidro; 500 litros de óleo vegetal usado para produção de biodiesel.	
	D.2.4 - Substâncias nocivas	Os produtos de limpeza são naturais e biodegradáveis, com o mínimo de componentes químicos possíveis. Os sabonetes são de origem vegetal por serem biodegradáveis.	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Ambientais		Não utilizam pesticidas e herbicidas.	
	D.2.5 - Outros tipos de poluentes	<p>È referida a poluição sonora, evitar barulhos e atitudes que perturbem a paz local, e é proibido perturbar o período de silêncio que está estabelecido entre as 00h00 e as 07h 00.</p> <p>Poluição visual e olfactiva.</p>	Uma medida interessante, respeitante a poluição visual, é a forma como disfarçam os oitenta ecopontos distribuídos pelo empreendimento, que são colocados no meio de uma pequena vedação feita em madeira a qual está envolvida com madressilva, que além de ocultar também odoriza.
	D.3.1 - Espécies selvagens	<p>O regulamento interno do Zmar refere que devem os utentes guardar distância da fauna local, de forma a não perturbar os habitats, não danificar ou agredir a flora do Zmar, não introduzir ou permitir a entrada de espécies de fauna e flora exóticas.</p> <p>Não permite a alimentação dos animais.</p>	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Ambientais	D.3.2 - Espécies em cativeiro	Existência de uma parceria com a Associação Quercus que engloba a conservação e reprodução em cativeiro do escalo do rio Mira e da boga do sudoeste para futuros repovoamentos;	
	D.3.3 - Intervenções na paisagem	Introduziu, aproximadamente 5 000 exemplares de flora autóctone, tais como: oliveiras, sobreiros, carvalhos medronheiros, entre outros.	
	D.3.4 - Conservação da biodiversidade	O Zmar apoia a conservação e recuperação de ecossistemas, de acordo com plano a apresentar pela Quercus, de forma a compensar os impactes na biodiversidade e garantir a reposição dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.	
	D.3.5 - Interações com a vida selvagem	O Zmar realizou em 2009 uma campanha de inventariação de micro mamíferos em que o alvo era os roedores, numa zona do empreendimento, o bosque de	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
		sobreiro, com o objectivo de conhecer as espécies que lá vivem.	
Ecoturismo	E.1 - Ligação com a natureza	O subcritério em relação ao alojamento é cumprido, dado ter certificação eco-hotel.	As actividades nas quais os turistas dispensam mais tempo, é a praia e a utilização das piscinas.
	E.2 - Educação e Interpretação	<p>Desenvolveram um programa pedagógico dirigido principalmente às escolas. Ao longo do ano recebem muitas visitas de estudo, onde se faz uma abordagem ecológica do Zmar, visitam-se as áreas técnicas tratamento das águas e resíduos.</p> <p>Possui um centro de Interpretação ambiental que mostra e explica a flora, a fauna, o clima e os principais vestígios ancestrais da região.</p>	
	E.3 - Cooperação com organismos locais	Existência de uma parceria com a Associação Quercus que engloba a conservação e reprodução em cativeiro do escalo do rio Mira e da boga do	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Ecoturismo		<p>sudoeste para futuros repovoamentos; Conservação e valorização das lagoas temporárias; criação de micro reservas para a conservação da flora endémica da Costa Sudoeste; a recuperação de áreas dunares ameaçadas e a monitorização de peixes migradores no rio Mira e conservação dos respectivos locais de desova.</p>	
	E.4 - Transportes	<p>A circulação de automóveis é limitada dentro do Zmar: utilizam carrinhos eléctricos com painéis solares incorporados para reduzir as emissões de CO₂.</p> <p>Todas as estradas, vias de circulação, estacionamentos e parques de caravanas e auto-caravanas são construídos sem impermeabilização do solo.</p> <p>Os clientes têm à sua disposição</p>	

Ecoturismo – Estudo de Caso: Zmar - Eco Camping Resort
Licenciatura em Gestão do Ambiente e Território

Indicadores	Critérios	Práticas do Zmar	Observações
Ecoturismo		bicicletas para as deslocações.	
	E.5 - Envolvimento dos turistas	Os turistas envolvem-se na colaboração através de acções como a separação dos resíduos; entrega de óleos, pilhas, equipamentos eléctricos e electrónicos em fim de vida.	
	E.6 – Gestão de grupos	A gestão dos grupos é feita consoante o nº de participantes nas actividades, a partir de 25 pessoas inclui-se mais de um monitor.	
	E.7 - Princípios do Ecoturismo	O Zmar divulga na sua página da internet os princípios do ecoturismo.	
	E.8 - Critérios específicos para as actividades promovidas e praticadas pelos turistas	Seguir somente por trilhos sinalizados dentro do Zmar, não abandonar lixo, levando-o até um local onde haja serviço de recolha, guardar distância da fauna local, de forma a não perturbar os habitats, evitar barulho e atitudes que perturbem a paz do local.	